



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VINICIUS CASTRO MOREIRA DA SILVA

O PANORAMA DA POBREZA NO BRASIL DE 2016 A 2018

Santana do Ipanema - AL

2020

VINICIUS CASTRO MOREIRA DA SILVA

O PANORAMA DA POBREZA NO BRASIL DE 2016 A 2018

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Campus do Sertão – Unidade Educacional Santana do Ipanema.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Valquer Oliveira Melo

Santana do Ipanema – AL
2020

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Educacional de Santana do Ipanema**

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S586p Silva, Vinícius Castro Moreira da

O panorama da pobreza no Brasil de 2016 a 2018 / Vinícius Castro Moreira da Silva. – 2020.
57 f. : il.

Orientação: Manoel Valquer Oliveira Melo.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2020.

Bibliografia: f. 56- 57.

1. Pobreza – monetária. 2. Pobreza – multidimensional. 3. Brasil. I. Título.

CDU : 33

Folha de Aprovação

VINICIUS CASTRO MOREIRA DA SILVA

O PANORAMA DA POBREZA NO BRASIL DE 2016 A 2018

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em (18) de (setembro) de (2020).

Manoel Valquer Oliveira Melo

(Prof. Dr. Manoel Valquer Oliveira Melo, UFAL) (Orientador)

Banca Examinadora:

Luciano Celso B.G. Barbosa

(Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa, UFAL) (Examinador Interno)

Cristiano da Silva Santos

(Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos, UFAL) (Examinador Interno)

Dedico este trabalho aos meus pais que tanto me apoiaram e me incentivaram ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Sandro e Luzia que muito fizeram e fazem por mim, exemplos de garra e dedicação.

A minha namorada Daniele que conheci ao longo do curso, por estar ao meu lado compartilhando momentos únicos.

Aos meus amigos da turma pelos bons momentos vividos juntos, pela união e apoio.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, agradeço o excelente trabalho e dedicação. Em especial ao meu orientador Professor Manoel Valquer Oliveira Melo, por todas as sugestões e aperfeiçoamentos a este trabalho.

Por último e não menos importante agradeço a Universidade Federal de Alagoas – UFAL e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL pelo suporte oferecido para o desenvolvimento de projetos acadêmicos ao longo da graduação.

A todos os aqui mencionados e os não mencionados, meu muito obrigado.

“Igualdade, justiça e liberdade são mais que palavras; são perspectivas!”

V de Vingança, de Alan Moore e David Lloyd (2016).

RESUMO

A pobreza é um dos graves problemas enfrentados pela humanidade ao longo do tempo e persiste até os tempos modernos. Aqui, esta não deve ser redimensionada apenas por seus aspectos econômicos, mas também não econômicos. Pontuamos a pobreza com o seu construto sócio-histórico e antropológico. Como parte da estrutura teórico-metodológico, este trabalho se debruça nesse fenômeno social, incluindo-se as duas formas de abordagens, tanto a pobreza monetária quanto a multidimensional. A problemática é apresentada no âmbito da situação contemporânea do Brasil. Para fundamentar as variáveis que redimensionam os conceitos de pobreza, foram utilizados dados secundários obtidos na plataforma do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), mais especificamente nas publicações referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019 das Sínteses dos Indicadores Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Ressaltamos que os resultados catalogados retratam um período anterior, 2016, 2017 e 2018. O cenário que se caracteriza a pobreza no Brasil e suas respectivas consequências ressoam-se na cor da pele, na faixa-etária e também por regiões, dessa forma é possível adiantar que os mais afetados pela pobreza são os negros (homens e mulheres) e as crianças de 0 a 14 anos que concentram-se nas regiões Norte e Nordeste. De uma forma básica o trabalho em si tem a proposta de realizar uma contextualização teórica a respeito do tema pobreza, trazendo para discussão dados do cenário recente no Brasil e assim discutir essas informações em uma perspectiva sociológica, antropológica e econômica.

Palavras-chave: Pobreza. Monetária. Multidimensional. Nordeste. Brasil.

ABSTRACT

Poverty is one of the serious problems faced by humanity over time and persists into modern times. Here, this should not be resized only by its economic aspects, but also not economic. We punctuate poverty with its socio-historical and anthropological construct. As part of the theoretical-methodological structure, this work focuses on this social phenomenon, including the two forms of approaches, both monetary and multidimensional poverty. The problem is presented in the context of the contemporary situation in Brazil. To support the variables that resize the concepts of poverty, secondary data obtained from the platform of the Brazilian Institute of Statistics and Geography (IBGE) were used, more specifically in the publications referring to the years 2017, 2018 and 2019 of the Synthesis of Social Indicators based on the National Survey by Continuous Household Sample. We emphasize that the results catalogued portray a previous period, 2016, 2017 and 2018. The scenario that is characterized by poverty in Brazil and its respective consequences are resonating in skin color, in the age group and also by regions, thus it is possible to advance that the most affected by poverty are blacks (men and women) and children from 0 to 14 years of age who are concentrated in the North and Northeast regions. In a basic way, the work itself has the proposal of performing a theoretical contextualization on the theme poverty, bringing to discussion data from the recent scenario in Brazil and thus discussing this information in a sociological, anthropological and economic perspective.

Key Word: Poverty. Monetary. Multidimensional. Northeast. Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil - 2012-2018.....	25
Gráfico 2 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a 5,5 dólares por dia em paridade de poder de compra, segundo as Unidades da Federação - 2016.....	26
Gráfico 3 - População Urbana e Rural nos estados Nordestinos em %.....	27
Gráfico 4 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, com rendimento real efetivo domiciliar per capita de até US\$ 5,50 PPC diários, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2017.....	33
Gráfico 5 - Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC 2011, segundo características selecionadas - Brasil - 2017.....	35
Gráfico 6 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Brasil - 2017.....	36
Gráfico 7 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Norte - 2017.....	37
Gráfico 8 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Nordeste - 2017.....	38
Gráfico 9 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Sudeste - 2017.....	39

Gráfico 10 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Sul - 2017.....	39
Gráfico 11 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Centro-Oeste - 2017.....	40
Gráfico 12 – Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 e inferior a US\$ 5,50 PPC diários, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2018.....	45
Gráfico 13 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Brasil - 2018.....	47
Gráfico 14 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Norte - 2018.....	48
Gráfico 15 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Nordeste - 2018.....	49
Gráfico 16 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Sudeste - 2018.....	49
Gráfico 17 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Sul - 2018.....	50
Gráfico 18 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Centro-Oeste - 2018.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Total e proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a 5,5 dólares PPC, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil – 2016.....	28
Quadro 2 - Total e proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições de acesso, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil – 2016.....	30
Quadro 3 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal real domiciliar per capita selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2016-2017.....	32
Quadro 4 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso por quantidade, segundo características selecionadas de domicílios e pessoas – 2017.....	40
Quadro 5 - Distribuição percentual de pessoas residentes em domicílios particulares, com indicação de variação, segundo classes de rendimento real domiciliar per capita e as Grandes Regiões - 2012-2018.....	43
Quadro 6 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC diários, segundo características selecionadas - Brasil - 2018.....	46
Quadro 7 - Proporção de pessoas residentes em domicílios com restrição de acesso a serviços, com indicação da média de serviços restritos, segundo características selecionadas de pessoas e domicílios - 2018.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF	Bolsa Família
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPC	Paridade do Poder de Compra
PNUD	Programa das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. Uma discussão sobre a pobreza no Brasil Moderno.....	17
2. Materiais e Métodos.....	22
3. A pobreza e suas características econômicas e não econômicas.....	24
3.1 A dinâmica da pobreza em 2016.....	24
3.2 A dinâmica da pobreza em 2017.....	31
3.3 A dinâmica da pobreza em 2018.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

Dada à relevância do tema pobreza, sabendo o quão presente esse problema é no Brasil assim como em todo o mundo, afligindo milhões e milhões de pessoas e relegando-os a condições de subsistência. Este estudo que aqui se segue, propõe-se a apresentar a dinâmica da pobreza no Brasil no cenário dos anos de 2016 a 2018, levando-se em consideração duas vertentes metodológicas que servem de mensuração do problema da pobreza, a monetária e a multidimensional.

Focando somente no Brasil pode-se pensar, erroneamente, que a pobreza está restrita a regiões específicas do país como, por exemplo, o Norte e o Nordeste. A pobreza não é uma condição exclusiva de uma região ou outra, como se costuma pensar pelo senso comum. Praticamente todas as cidades do país (principalmente as periferias das grandes cidades) contam com pessoas abaixo da linha da pobreza. Mas em um contexto geral, de fato, as regiões mais vulneráveis são ainda as localizadas no Norte e Nordeste.

Condensando e resumindo os dados obtidos junto ao IBGE pode-se constatar que os Estados mais vulneráveis do Brasil são o Maranhão, Amazonas e Alagoas, cenário que se repetiu nos três anos de análise isso considerando apenas a insuficiência de renda. Levando em consideração a pobreza multidimensional com base na metodologia adotada pelo IBGE o problema mais presente nos Estados é a falta de saneamento básico dentre os cinco analisados, sendo eles: acesso à educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e acesso à comunicação. Cabe mencionar que o trabalho também trará outras tantas informações, tanto da pobreza monetária quanto da multidimensional, até mesmo os grupos raciais e etários mais afetados em ambos os casos.

Como já mencionado anteriormente, para a realização do trabalho foram coletados e analisados dados obtidos e disponibilizados na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Foi também realizada uma revisão de literatura, a qual teve o intuito de apresentar alguns estudos do fenômeno pobreza, ressaltando-se o tratamento epistemológico que tem sido dado a respeito do mesmo.

Voltando-se para a conceituação da pobreza existem algumas metodologias de análise deste problema, tais como a insuficiência de renda, a multidimensional e a abordagem das capacitações, sendo que neste trabalho o enfoque será dado às duas primeiras metodologias. Segundo Kageyama e Hoffmann (2006) a pobreza e sua conceituação muito se relacionam a formas de privação, tanto de ordem material quanto incluir questões culturais e sociais. Só a

partir desta afirmação já se nota a complexidade deste problema, que pode se fazer presente de diferentes formas isoladas ou então aparecer como um conjunto.

Ainda de acordo com Kageyama e Hoffman (2006) a forma comumente utilizada para a mensuração da pobreza é a de carência de renda, feita a partir da definição de uma linha de pobreza, ou seja, um valor monetário que caracterize um limite para considerar uma pessoa como extremamente pobre, pobre ou outras classes afins. Este trabalho irá apresentar algumas linhas de pobreza, em específico as adotadas pela metodologia do Banco Mundial e utilizadas também pelo IBGE.

Trazendo a atenção agora para a metodologia multidimensional de mensuração Bezerra, Khan e Rocha (2016) afirmam que ao longo do tempo a pobreza foi mais reconhecida como sendo um problema multidimensional, tanto no ambiente governamental quanto no acadêmico. Os autores ainda dizem que o estudo deste fenômeno deve contemplar fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, históricos e ambientais. Ainda segundo os mesmos, a definição da metodologia a ser adotada para a mensuração da pobreza impacta diretamente as futuras políticas adotadas para a correção deste problema, o que faz todo o sentido.

Imaginado o cenário onde uma determinada população tem uma forte carência ao acesso a um conjunto de fatores, ao adotar a metodologia unidimensional da insuficiência de renda para a análise da situação, acaba que as políticas que vierem para solucionar este problema com base no estudo realizado só darão enfoque para melhorar a renda desta população, quando na verdade o problema era mais complexo. Melhorar a renda das pessoas ajuda sim nas condições de vida, mas não é o único fator a se considerar.

De forma geral este trabalho apresenta um debate conceitual a respeito das metodologias de mensuração da pobreza para em seguida trazer dados a respeito do cenário deste problema tão presente no Brasil. Sendo assim, após essa breve contextualização do conteúdo aqui presente, pode-se dar continuidade.

1. Uma discussão sobre a pobreza no Brasil Moderno

Este trabalho investiga a dinâmica dos indicadores socioeconômicos da pobreza no Brasil no período 2016 a 2018, com intuito de contextualizar a situação do país nos tempos modernos e assim constatar a evolução ou involução desse problema no período proposto. Mas para tanto, antes se faz necessário conhecer a visão de autores a respeito do fenômeno pobreza, esse que vem provocando duros golpes na sociedade brasileira.

Se é verdade que muita coisa mudou no Brasil contemporâneo, se direitos, participação, representação e negociação já fazem parte do vocabulário político ao menos nos principais centros do país, a questão da pobreza permanece e persiste desvinculada de um debate público sobre os critérios de igualdade e justiça (TELLES, 2013, p. 31).

Artigos analisados de autores dentre os quais estão Amartya Sen (1983), Crespo e Gurovitz (2002), Kageyama e Hoffman (2006), Silva e Neder (2010) entre outros, apontam-se a pobreza como uma situação de privação e de vulnerabilidade material e humana que limita as pessoas a uma condição de subsistência. Dada essa definição de pobreza, detecta-se que podem ser feitos diversos enfoques sobre esse tema. Inclusive, pode-se focar nas mais diversas facetas da pobreza, desde a falta de renda até a carência a um sistema de saúde e educação eficientes. Assim, em poucas palavras, a pobreza pode ser definida como sendo tudo aquilo que provoque uma restrição socioeconômica que prive as pessoas de ter acesso ao conjunto dos bens comuns da sociedade. Ao tratarmos o tema com parcimônia, considerando suas medidas subjetivas, entende-se que:

Alguns investigadores consideram que medir a pobreza exclusivamente em termos de rendimento subestima a verdadeira extensão da privação entre os agregados com baixo rendimento. Vários estudos importantes procuraram medir a pobreza de acordo com critérios subjetivos, em vez de critérios objectivos como o nível de rendimento (GIDDENS, 2008, p. 315).

Ao longo dos anos muito tem se discutido a respeito da pobreza no Brasil, pois este é um problema que vem assolando o país há tempos, sendo bastante associada aos desafios impostos pela desigualdade social e monetária. O obstáculo premente para se enfrentar esse mal são diversos e complexos, além de passar por todas as camadas sociais, desde a população mais pobre, pelo crivo acadêmico e de pesquisa, até a classe política, entre outras. Então, pode-se deduzir que a pobreza é desencadeada por diversos fatores.

Os investigadores que advogam explicações estruturais para a pobreza argumentam que a falta de ambição entre os pobres muitas vezes tomada como 'cultura da dependência' é, de facto, uma *consequência* das suas situações condicionadas e não uma causa das mesmas. Defendem que a redução da pobreza não consiste apenas numa questão de mudança das concepções individuais, mas requer medidas políticas

destinadas a distribuir de forma mais uniforme os rendimentos e os recursos pela sociedade (GIDDENS, 2008, p. 320, grifo do autor).

No pensamento do senso comum, quando se menciona os mais pobres, tem-se em mente que é um desafio propor a conscientização dessa população necessitada no tocante a seus direitos e deveres. Ao citar os estudos em âmbito acadêmico e de pesquisa, percebe-se que já houve divergências ligadas à mensuração do que de fato caracterizava como pobreza e qual seria seu conceito em sua concretude, seria somente uma questão monetária ou estaria ligada a outros fatores que não somente a renda? Quando pontuamos a questão colocada como um problema da classe política do Brasil, encontra-se talvez um desinteresse na criação e aplicação de políticas públicas eficazes no combate à pobreza e a desigualdade social. Aqui podemos imputar outra questão que se entrecruzam:

Trabalho e pobreza transformam-se, assim, em dois modos antinômicos de existência social. Diante de uma figura normativa do trabalhador que dá provas da sua capacidade para a vida em sociedade e, portanto, tem o privilégio da proteção do Estado, a figura do pobre é inteiramente desenhada em negativo sob o signo da incapacidade e impotência, fazendo ajuda à única forma possível para os assim definidos 'carentes' se manterem em sociedade (TELLES, 2013, p. 27 e 28, grifo do autor).

Ao discutirmos o problema no contexto da modernidade brasileira, Bernardo Kliksberg (2014) renomado economista argentino diz que os índices de pobreza estão ligados à desigualdade, ou melhor, existe pobreza porque existe desigualdade. Inclusive, o autor aponta que se as ditaduras na América Latina não tivessem promovido um modelo de desenvolvimento que propiciasse o crescimento da desigualdade, ao fim destas ditaduras a quantidade daqueles que padeciam da pobreza teria sido a metade na região.

É importante lembrar que na América Latina a problemática da pobreza foi há muito tempo tematizada – começando pelo ensaísmo fecundo dos anos 1920 e 1930 até chegar aos estudos acadêmicos efetuados por equipes dotadas de diferentes técnicas de investigação. Várias tradições de pesquisa latino-americana sobre pobreza entrecruzaram-se, a partir de estudos etnográficos, em sua maioria, efetuados por antropólogos (REGO; PINZANI, 2014, p. 20).

De acordo com Pena (2014) o Brasil em função de seu histórico de colonização, um desenvolvimento tardio e dependência econômica, além dos problemas internos antigos e recentes, possui uma grande quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Assim, podendo-se ser caracterizado como um país subdesenvolvido emergente, a pobreza no Brasil apresenta elevados patamares.

Trazendo a discussão para o Nordeste, Caldas e Sampaio (2015) apresentam um estudo que mostra que essa região comparada às demais do país possuem um dos maiores percentuais de residências sem acesso a itens de habitação e consumo, tais como acesso à

energia elétrica, saneamento, água canalizada, geladeira, televisão e fogão. Sabemos que o emprego tem relação direta com a renda,

É possível que o desemprego seja o factor com maior influência na pobreza. Isto pode parecer evidente, mas é um facto muitas vezes subvalorizado. Um rendimento fixo não é suficiente para garantir uma vida livre da pobreza, mas é um pré-requisito importante. Os agregados de 'trabalho pobre' e sem ganhadores têm poucas hipóteses de escapar à pobreza. A relação entre pobreza e ausência de emprego é evidente em dados sobre a pobreza infantil (GIDDENS, 2008, p. 317).

Esta é uma visão sociológica que desencadeia sobre a forma de definir a pobreza, mas existem algumas diferenças a se considerar. Alguns economistas estudam a unidimensionalidade da pobreza, ou seja, seu aspecto monetário, já outros buscam observar a pobreza como a falta ou inexistência do acesso a alguns fatores que deveriam ser de amplo acesso para toda a população, sendo assim considerada pobreza multidimensional.

Crespo e Gurovitz (2002) afirmam que a definição desses conceitos se torna importante nos estudos de pobreza por permitir uma visão mais clara e analítica do objeto de estudo. Ao compreender a complexidade do fenômeno, seus diferentes conceitos e formas de abordagens, torna-se possível conceber políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema.

As explicações da pobreza podem ser agrupadas em duas categorias principais: as teorias que consideram os indivíduos pobres responsáveis pela sua própria pobreza, e as teorias que consideram a pobreza como produzida e reproduzida pelas forças estruturais da sociedade (GIDDENS, 2008, p. 318).

Trazendo as visões de alguns pesquisadores que analisaram a pobreza por contextos distintos pode-se observar que ambas as óticas fazem sentido e talvez se complementem. Mas é interessante notar que existem divergências no que tange à forma de definir a pobreza, porque de fato é um problema social complexo.

Amartya Sen é um dos grandes pensadores que tem seus estudos relacionados à ideia de multidimensionalidade na pobreza, ele defende que pelo fato das pessoas possuírem características únicas tanto pessoalmente quanto em sua vida cotidiana, não é possível que se estabeleça uma linha de pobreza única para todos os indivíduos.

De acordo com Sen (1983), a pobreza representa uma situação na qual as oportunidades mais básicas para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos lhe são negadas. Considerando-se, assim, o fato da privação de uma boa saúde, de usufruir de uma vida criativa e ter um padrão de vida digna, de liberdade, de decência, de amor próprio, entre outras privações.

Por outro lado, a ideia de pobreza baseada na falta de renda não é descartável. Para Silva e Neder (2010), a pobreza baseada na escassez de renda não é uma ideia totalmente infundada, já que a insuficiência de renda é limitadora dos atos dos indivíduos e a principal causa da fome individual e coletiva. Uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição de uma vida pobre.

Segundo Santos e Silva (2019), a pobreza conforme a abordagem monetária pretende classificar os indivíduos em pobres e não pobres, onde eles são identificados pelas suas insuficiências de renda. Neste caso, um segundo conceito passa a ter grande importância, o da linha da pobreza, que é o limiar dessa classificação.

Sendo assim, seguindo a abordagem monetária da pobreza para que se chegue a uma classificação de pobres e não pobres faz-se necessário para conceituar uma definição de uma linha de pobreza. O Banco Mundial em suas diretrizes define como sendo a linha de extrema pobreza, uma renda mensal per capita de US\$ 1,90 por dia. Já a linha de pobreza é definida como sendo de US\$ 5,50 por dia. Desta forma, pessoas que sobrevivam diariamente com menos do que esses valores são considerados extremamente pobres e pobres, respectivamente.

Na última década do século XX (2000-2010), o Brasil passou por uma redução no número de famílias que se encontrava na linha da pobreza, essa redução ocorreu aproximadamente até o ano de 2014, onde o país acabou entrando em grave crise econômica e política, dentre esses problemas um processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, substituída pelo vice Michel Temer. Essa instabilidade acabou provocando o aumento da parcela de brasileiros abaixo da linha da pobreza após toda a redução durante o referido período. Em 2014 foi registrado a maior diminuição no número de famílias abaixo da linha de pobreza (US\$ 5,50 p/dia), quando 22,8% da população se encontrava nessa condição, os anos seguintes foram caracterizados por constantes aumentos no número de extremamente pobres.

Como problema que inquieta e choca a sociedade, a pobreza aparece no entanto no registro da patologia, seja nas evidências da destruição dos miseráveis que clamam pela filantropia pública ou privada, seja nas imagens da violência que apelam para ação preventiva e, sobretudo, repressiva. Num registro ou no outro, a pobreza é encenada como algo externo a um mundo propriamente social (TELLES, 2013, 31 e 32).

Com intuito de contextualizar a situação da pobreza no Brasil nos últimos anos, mais especificamente dos anos de 2016, 2017 e 2018 serão apresentados no capítulo 3 dados que foram obtidos através da plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos relatórios da Síntese de Indicadores Sociais. Os dados levantarão a discussão a respeito da

incidência da pobreza no Brasil e seus estados, apresentando o perfil dos mais afetados pela pobreza, tanto no aspecto monetário quanto pelo viés multidimensional¹. De todo modo:

Nessas formas de encenação pública, a pobreza é transformada em paisagem que lembra a todos o atraso do país, atraso que haverá de ser, algum dia, absorvido pelas forças civilizatórias do progresso. Paisagem que rememora as origens e que projeta no futuro as possibilidades de sua redenção, a pobreza não se atualiza como presente, ou melhor, na imagem do atraso, aparece como sinal de uma ausência (TELLES, 2013, p. 32).

¹ De forma básica, a pobreza multidimensional é considerada uma das formas de se estudar a pobreza considerando as múltiplas faces que a mesma vem assumir, por exemplo um indivíduo é caracterizado como pobre pela falta de renda, falta de energia e água, educação e assim por diante.

2. Materiais e Métodos

Esta investigação tratou de problematizar a pobreza como objeto de estudo, caracterizando-se de forma exploratória suas características econômicas e não econômicas. Inicialmente, cabe destacar que a modalidade da pesquisa se debruçou dentro de uma abordagem qualitativa que fará uso de métodos quantitativos para ilustrar situações e dados coletados, desta forma, o termo quali-quantitativo talvez se aplique na devida situação. Ao longo do trabalho serão apresentados dados secundários coletados na plataforma do IBGE, nos relatórios da Síntese de Indicadores Sociais para os anos de 2016, 2017 e 2018, feito com base nas PNAD's Contínuas dos respectivos anos.

Os relatórios nos serviram como fonte de informações da amostragem, mas havia a necessidade de uma delimitação do ponto de vista metodológico, foram utilizadas, especificamente, as informações voltadas para a pobreza monetária e a multidimensional, as quais consideram a renda dos indivíduos e outros indicadores que caracterizam a pobreza multidimensional, tais como acesso à educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e acesso à comunicação.

Cabe mencionar que a metodologia adotada pelo IBGE nas formas de se mensurar a pobreza são duas e são basicamente as já citadas aqui, sendo elas a multidimensional e a com base na renda. Considerando a metodologia multidimensional o IBGE adota os cinco indicadores mencionados no parágrafo anterior (falta de saneamento, proteção social, condições de moradia, educação e acesso a comunicação). Já considerando a mensuração com base na renda o IBGE adotou diretrizes do Banco Mundial que definem duas linhas, sendo a de pobreza e a de extrema pobreza. Na primeira são considerados pobres as pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 5,50 por dia, na segunda linha são caracterizados como extremamente pobres as pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,90 por dia.

De forma básica quando se fala em pobreza multidimensional é necessário ter em mente que esse método de caracterização e mensuração considera que a pobreza é formada por um conjunto de indicadores. Na metodologia de mensuração com base na renda são definidas linhas ou faixas de renda na qual pessoas que ganhem abaixo desse valor são consideradas pobres ou extremamente pobres.

O trabalho constituiu-se por uma pesquisa de natureza bibliográfica com vieses econômicos, antropológico e sociológico, fez-se necessário a utilização de artigos, livros e relatórios que envolviam o tema pobreza, buscando-se apresentar um panorama a respeito deste problema que inflige feridas dolorosas no Brasil e no mundo. Ao longo do trabalho

serão apresentados gráficos e tabelas desenvolvidas pelo autor com base em dados secundários obtidos e publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua. Essas ferramentas têm o intuito de trazer as informações de forma mais visual e ilustrada e assim preencher o trabalho com dados relevantes que possam mostrar a sua concretude.

Inicialmente a proposta do trabalho era verificar a existência de correlação entre a pobreza e a migração, mas a partir da coleta de dados já foi verificada a dificuldade de encontrar dados de pobreza e migração que estivessem num mesmo período de tempo, pois segundo o próprio IBGE, os únicos dados com informações sobre migração estão presentes no Censo que foi realizado no ano de 2010. Como já havíamos dito, os dados sobre a pobreza são do período de tempo que compreende os anos de 2016, 2017 e 2018. Isso impossibilitou a realização da proposta inicial e provocou a mudança de rumo. Outro fator que influenciou a decisão por esta tema foi a quantidade de informação disponibilizada, deste modo à correlação entre pobreza e migração ficará para um trabalho futuro.

Desta forma, a perspectiva proposta pelo estudo é de fazer uma contextualização teórica a respeito do tema pobreza e suas metodologias de análise, seguida por uma apresentação do panorama da pobreza no Brasil Moderno e suas idiossincrasias.

3. A pobreza e suas características econômicas e não econômicas

3.1 A dinâmica da pobreza em 2016

Através da pesquisa realizada através da plataforma do IBGE e a obtenção dos relatórios da síntese dos indicadores sociais foi verificado que essas informações sobre a pobreza no Brasil são as mais recentes. Sendo assim, como a proposta deste trabalho é realizar um estudo mais atual, optou-se por se referenciar com o ano de 2016. A caracterização apresentada nos permitiu definir o perfil dos mais pobres e quais as regiões do país mais afetadas pela pobreza. Se destacarmos os eixos estruturantes do lugar da pobreza na sociedade brasileira sob um viés sociológico, tem-se o entendimento que:

As figuras da pobreza dizem, portanto, mais do que os horrores da privação material. Elas montam um cenário no qual a sociedade se faz ver no modo mesmo de sua constituição. No interior de um imaginário que desrealiza a realidade no registro do vazio e carência, a questão da pobreza esclarece algo desse divórcio entre Brasil real e Brasil legal, entre Estado e Nação, Estado e sociedade que inquietava os contemporâneos e que foi e ainda é tematizado por tantos quantos se debruçaram sobre nossa história republicana (TELLES, 2013, p. 43).

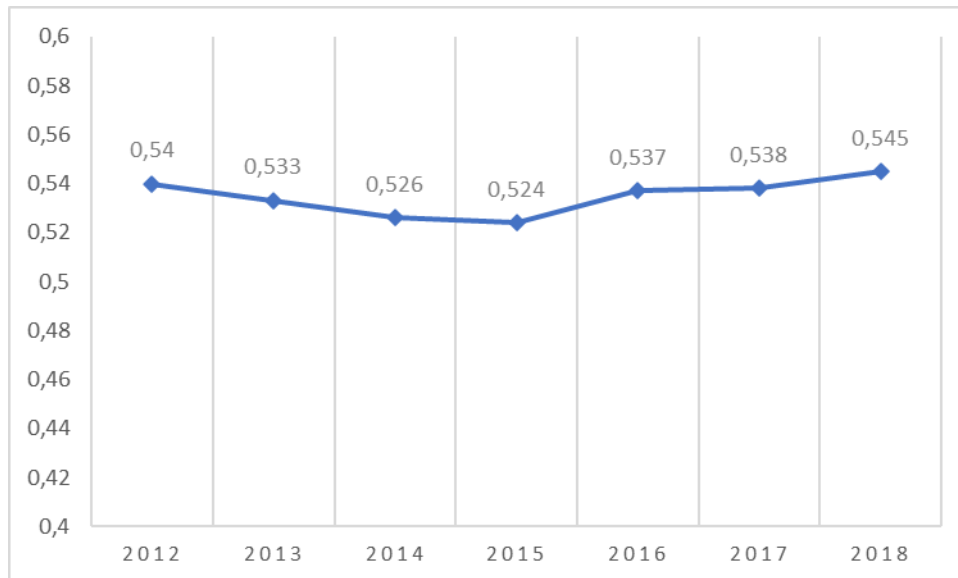
No que concerne à desigualdade social não é segredo que o Brasil se destaca negativamente mesmo na América Latina, continente onde o problema da desigualdade tem um terreno fértil. De acordo com o relatório de desenvolvimento humano divulgado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), em 2019, no ano de 2017 o Brasil era o sétimo país mais desigual do mundo, ficando atrás somente de países do continente africano. O caráter questionável do pobre perpetua-se com seus prejulgamentos e a reorientação do jogo político.

No horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o ‘pobre’, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de degeneração de direitos. É uma outra configuração da questão social, que põe em cena a ordem das causalidades e reponsabilidades envolvidas em situações diversas e nem sempre equivalentes (TELLES, 2013, p. 51).

A miséria é resultado das consequências amargas de tomadas de decisões políticas. Aqui cabe a velha máxima do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau “o homem como produto do meio”. O Brasil é considerado um país com riquezas naturais incalculáveis, no entanto, a distribuição desta riqueza não é equânime. Ao Considerarmos, exclusivamente, o

Índice de Gini² aferido de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Brasil vinha conseguindo uma diminuição da desigualdade até o ano de 2015, sendo seguido por aumentos nos demais anos, como é mostrado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil - 2012-2018

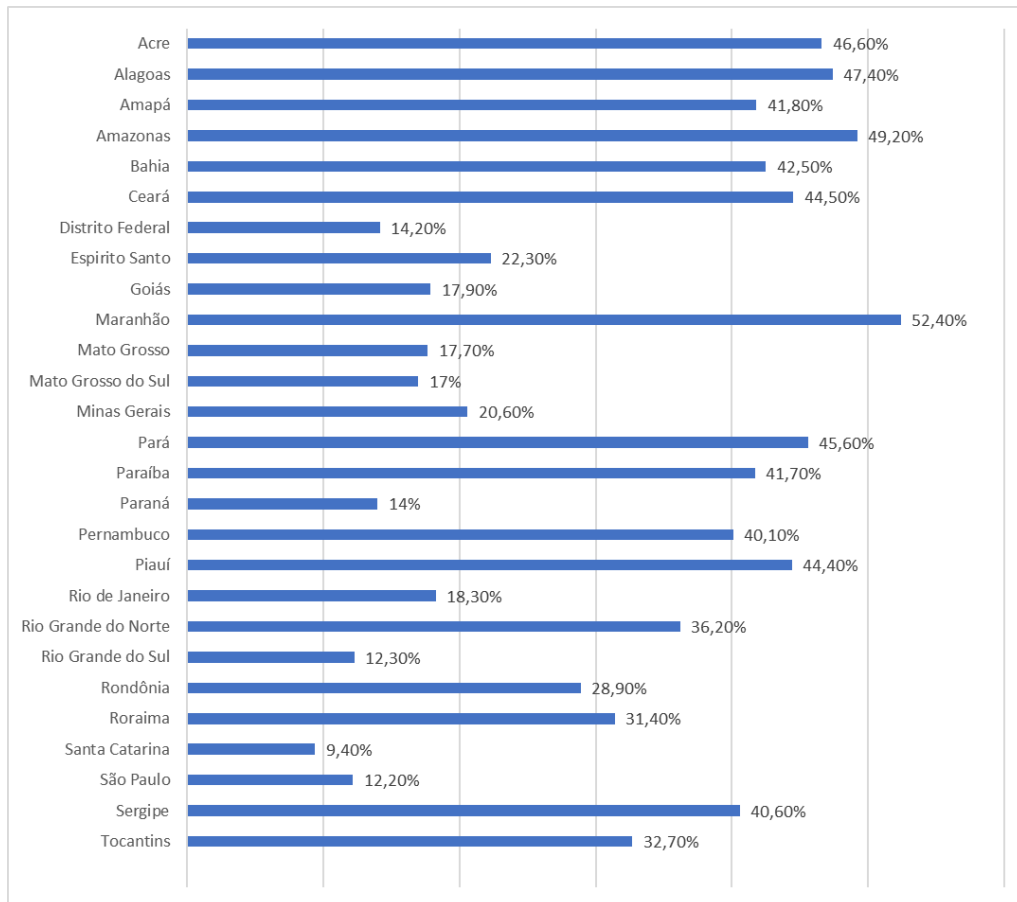


Fonte: Desenvolvido com base em dados do IBGE (PNAD - Contínua 2012-2018).

Voltando a atenção para as linhas de pobreza, no ano de 2016, 25,4% da população brasileira se encontrava abaixo da mesma, considerando-se o valor *per capita* de US\$ 5,50 (O valor corresponde ao rendimento domiciliar por pessoa), com a maior incidência na região Nordeste e menor na região Sul do país, com respectivamente 43,5% e 12,5% da população estando nessa situação. Considerando a linha de extrema pobreza (US\$ 1,90 que corresponde ao valor por indivíduo no arranjo familiar) aproximadamente 6,5% dos brasileiros encontravam-se nessas condições, sobrevivendo com menos de R\$ 190,00 p/mês (esse valor aproximado de R\$ 190,00 resultou da multiplicação entre US\$ 1,90 x R\$ 3,24 x 30, R\$ 3,24 valor médio do dólar em reais na época e 30 o número de dias em um mês) em um cálculo aproximado. O **gráfico (nº 2)** a seguir apresenta uma proporção de pessoas que possuem o rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,5 por dia, isso para cada estado da Federação. A partir deste gráfico da para se conhecer os estados mais vulneráveis considerando o aspecto monetário da pobreza.

² Índice de Gini é um coeficiente matemático desenvolvido pelo estatístico e sociólogo Corrado Gini com o intuito de medir a desigualdade social. O índice varia entre 0 e 1, o 0 significa total igualdade e 1 total desigualdade.

Gráfico 2 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a 5,5 dólares por dia em paridade de poder de compra, segundo as Unidades da Federação – 2016



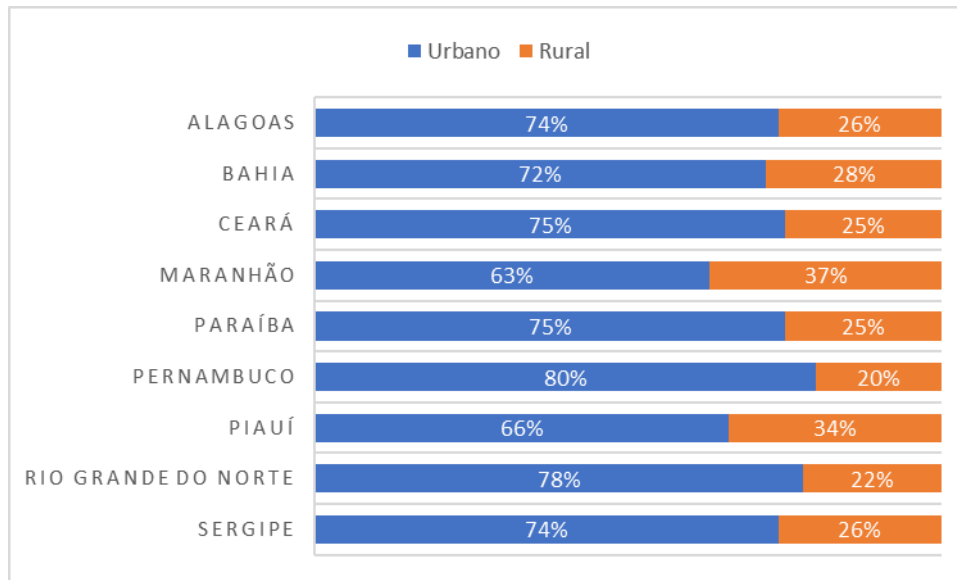
Fonte: Desenvolvido com base em dados do IBGE (PNAD - Contínua 2016).

Dentre as unidades da federação, os estados mais carentes seguindo o critério da linha da pobreza aferido pelo Banco Mundial estão, a saber: o Estado do Maranhão com 52,4%, o Estado do Amazonas com 49,2% e o Estado de Alagoas com 47,4%, praticamente metade da população desses estados encontram-se na situação de pobreza no tocante ao critério monetário. Cabe destacar que a síntese dos indicadores aponta que a maior parte dessa população pobre se encontra no interior dos estados, especificamente nas zonas rurais. Para ter-se uma noção, de acordo com a PNAD para o ano de 2015, as regiões Norte e Nordeste eram as que possuíam a maior parte de sua população na zona rural em comparação com as outras regiões do país, o Nordeste possuía 26% de sua população na zona rural.

Tendo em vista que o Nordeste é a região do país que possui mais pessoas residindo na zona rural. Por outro lado, evidencia-se que a procura pelos equipamentos urbanos existentes na cidade agravou o déficit com a infraestrutura, por exemplo, a falta de saneamento básico, condição imprescindível para uma vida com dignidade.

A seguir elaboramos um **gráfico (nº 3)** o qual mostra que o Nordeste mesmo mantendo-se neste patamar, os dados populacionais concernentes aos nove Estados da Federação, a condição demonstra a presença maciça da população em áreas urbanas, o Estado que mais concentra população na zona rural é o Estado do Maranhão com 37% das pessoas, como podemos verificar abaixo:

Gráfico 3 – População Urbana e Rural nos estados Nordestinos em % - 2010



Fonte: Desenvolvido com base em dados do IBGE (Censo Demográfico 2010).

De acordo com o Censo 2010, constata-se que o Nordeste é considerado mais urbano do que rural. Implica que se analisarmos atentamente faz sentido que assim seja, pois as capitais destes Estados possuem grande parte da população, pois é onde se concentram as mais variadas oportunidades de emprego e educação, entre outras. Por outro lado, a concentração fundiária é uma realidade desde os tempos de outrora e que teve sua contribuição para o fenômeno da migração forçada do campo para a cidade. Daí criou-se outro problema que são os chamados bolsões de miséria.

Mas também é interessante salientar que existem certas dificuldades para se definir e diferenciar um pequeno município de urbano e rural. Para tanto é que o próprio IBGE publicou um estudo em 2017, intitulado: Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil – uma primeira aproximação, no qual discute uma nova metodologia para definir o rural e o urbano. Segundo essa nova vertente, a população urbana do Brasil seria de 76% e não 84,4%. Contudo, sabe-se que a cidade é o lugar ideal para a pobreza se manifestar.

Nas dimensões mais prosaicas da vida social, é essa a lógica inscrita na intolerância contra negros, nordestinos, favelados, desempregados e subempregados, associados

no imaginário coletivo às desventuras de uma cidade que cresceu demais, que tem gente em excesso, multiplicando miséria e violência pela própria incapacidade, despreparo e fraqueza de caráter (TELLES, 2013, p. 71).

De acordo com uma matéria publicada no site da revista Exame (2017) a partir do ano de 2020 no qual será realizado o novo Censo Demográfico, espera-se que seja adotada a nova metodologia para definir o que é território rural e urbano, a qual consiste em analisar três critérios: a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população, sendo após isso, definidos os municípios como urbanos, rurais ou periurbanos.

A título de curiosidade a antiga metodologia adotada para definir o rural e o urbano era a dos próprios municípios que determinavam de acordo com sua legislação o que é urbano e o que é rural, pois segundo a mesma matéria mencionada anteriormente, a classificação determina-se pela forma como são aplicados os impostos, sendo a parte da arrecadação urbana pertencente ao município e a rural pertencente à união.

Voltando para a caracterização da população que se encontra abaixo da linha da pobreza, um fato desagradável a ser imputado pelos dados, apontam-se os grupos mais atingidos que são crianças e jovens entre 0 a 14 anos, mães solteiras, pretos e pardos. Cerca de 17,8 milhões de crianças nessa faixa etária encontram-se abaixo da linha de pobreza, como aponta a Síntese dos Indicadores Sociais feitas com base na PNAD contínua. Conjecturamos que a condição vulnerabilidade social desses grupos nos leva a crer que muitos vão sobreviver nas ruas das cidades. A possibilidade de viver dignamente é ceifada pela ausência de direitos humanos.

Ao pontuarmos a questão da cidadania, ressaltamos que no contexto da América Latina, paradoxalmente, o Brasil foi pioneiro na defesa, controle e promoção da população infanto-juvenil com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em julho de 1990, mesmo com três décadas de existência, o retrato da invisibilidade dos destituídos de direitos se perpetua, e o quadro de injustiça social com esses brasileiros tem contribuído com a pobreza de modo significativo.

Quadro 1 - Total e proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a 5,5 dólares PPC, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil – 2016

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento familiar per capita inferior a US\$ 5,5 PPC
--	--

	Total (1000 pessoas)	Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1) %
Total	205.511	25,4
Cor ou Raça e Sexo		
Homem Branco	43,130	15,3
Homem Preto ou Pardo	55,591	33,3
Mulher Branca	47,788	15,2
Mulher Preta ou Parda	57,154	34,3
Faixa Etária		
0 a 14 anos de Idade	42,059	42,4
15 a 29 anos de Idade	48,590	28,8
30 a 59 anos	85,297	21,3
60 anos ou mais de Idade	29,566	7,5
Tipo de Arranjo Domiciliar		
Unipessoal	10,744	9,4
Casal sem Filho	32,717	11,6
Casal com Filho(s)	115,888	29,5
Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11,272	55,6
Mulher Preta ou Parda sem cônjuge e com Filho(s)	7,389	64,0
Outros	34,891	19,7

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Considerando outro aspecto da pobreza que não somente a limitação de renda o relatório da Síntese dos Indicadores Sociais define cinco características principais para definir

um indivíduo que sofra através da pobreza multidimensional, constituem-se entre eles: acesso à educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e acesso à comunicação.

Desta maneira, para o ano de 2016, aproximadamente 65% da população brasileira sofria pelo menos de uma dessas restrições. No **Quad. 2**, a seguir caracterizamos a pobreza multidimensional e sua condição de abrangência durante o respectivo ano.

Quadro 2 - Total e proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições de acesso, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil – 2016

Características Selecionadas de Domicílios e Pessoas	Total (1000 pessoas)	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrição de acessos (%)						Número médio de restrições	Taxa de incidência ajustada
		À educação	À Proteção Social	Às condições de moradia	Aos serviços de saneamento básico	À comunicação (internet)	Ao menos uma restrição (pobreza multidimensional)		
Total	205,511	28,6	15,2	12,0	37,9	32,1	64,9	1,3	0,25
Cor ou raça e sexo									
Homem Branco	43,130	23,9	8,4	8,4	29,2	24,7	53,9	0,9	0,19
Homem preto ou pardo	55,591	34,0	20,6	14,8	46,9	39,1	74,3	1,6	0,31
Mulher branca	47,788	23,5	8,3	8,7	27,2	24,5	54,2	0,9	0,18
Mulher preta ou parda	57,154	31,5	21,1	14,9	45,0	37,3	73,7	1,5	0,30
Faixa etária									
0 a 14 anos de Idade	42,059	0,6	26,2	19,4	43,7	32,9	65,3	1,2	0,25
15 a 29 anos	48,590	15,5	17,2	13,9	39,3	25,7	59,7	1,1	0,22

de Idade									
30 a 59 anos de Idade	85,297	36,3	13,0	9,6	35,8	28,6	62,5	1,2	0,25
60 anos ou mais de Idade	29,566	68,0	2,6	5,5	33,4	51,5	80,0	1,6	0,32
Tipo de arranjo domiciliar									
Unipessoal	10,744	49,5	5,6	12,5	31,2	60,5	75,7	1,6	0,32
Casal sem filho	32,717	41,9	8,2	6,8	37,9	43,7	68,6	1,4	0,28
Casal com filho(s)	115,888	22,9	17,4	12,8	40,4	26,5	62,2	1,2	0,24
Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11,272	16,9	39,7	26,4	37,6	32,6	75,0	1,5	0,31
Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7,389	19,2	46,5	28,6	43,8	37,3	81,3	1,8	0,35
Outros	34,891	32,6	9,6	9,5	31,7	30,6	63,9	1,1	0,23

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

3.2 A dinâmica da pobreza em 2017

Seguindo para o ano de 2017 e levando em consideração a linha de extrema pobreza definida pelo Banco Mundial (US\$ 1,90), a Síntese de Indicadores mostra que ocorreu um aumento no número de extremamente pobres entre os anos de 2016 e 2017, passando de 6,6% da população para 7,4%, consistindo-se aproximadamente por 15 milhões de pessoas. Este crescimento foi verificado em todas as regiões do país, exceto na região Norte, na qual se manteve estável. A partir da concepção da linha de pobreza que corresponde o valor de (US\$ 5,50), verificou-se um aumento passando de aproximadamente 25,4% da população em 2016 para 26,5% em 2017, cerca de 55 milhões de pessoas.

A Síntese de Indicadores (IBGE, 2017) ainda aponta que grande parte desses 55 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza encontrava-se na região Nordeste do país, sendo mais de 25 milhões de pessoas. Analisando o (Quad. 3) abaixo, nota-se que houve um aumento no número de pobres em todas as linhas de pobreza, tanto nas definidas na metodologia do Banco Mundial, quanto na adotada pelo IBGE. Considerando, exclusivamente, a linha de extrema pobreza associada ao valor de (US\$ 1,90), percebe-se um crescimento mais acentuado na região Nordeste no panorama geral do Brasil em comparação com as demais regiões.

Quadro 3 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal real domiciliar per capita selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2016-2017

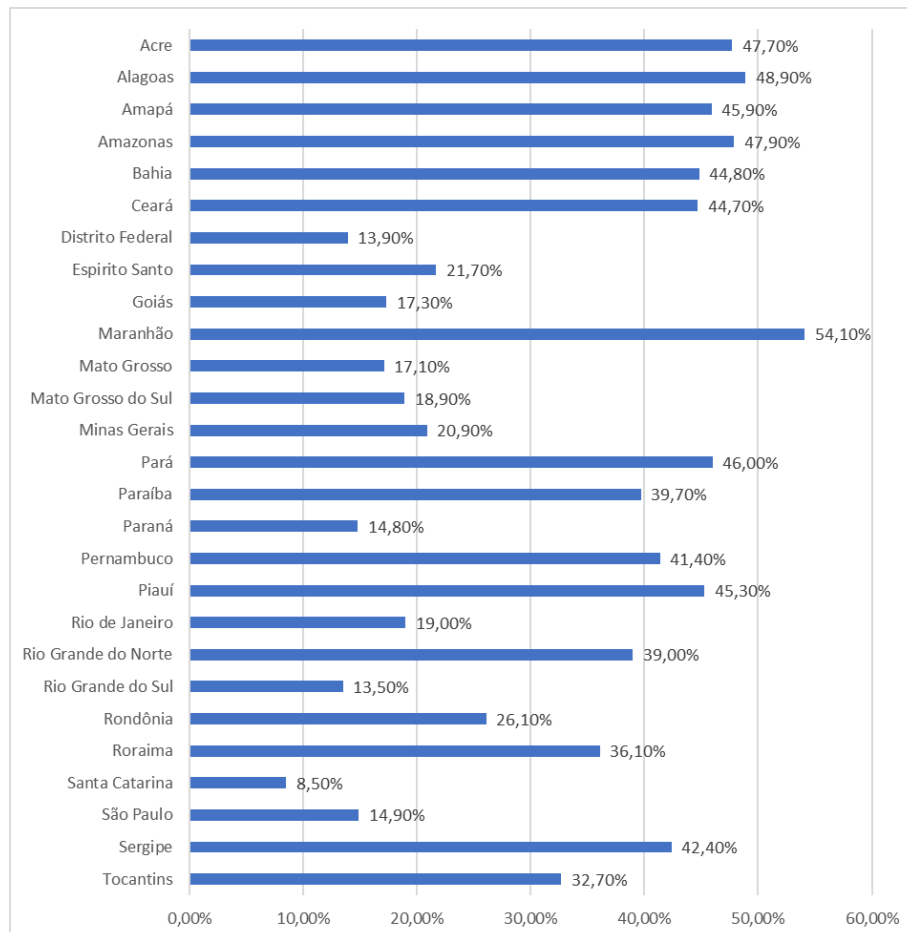
Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares							
	Total (1000 pessoas)		Classes de rendimento mensal real domiciliar per capita					
			Até ¼ de salário mínimo (R\$ 234,25)		Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 468,50)		Até R\$ 85,00	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Brasil	205,386	207,004	12,6	13,0	18,5	17,7	4,0	4,7
Norte	17,420	17,647	23,7	22,4	26,6	25,7	5,8	6,6
Nordeste	56,733	57,080	23,9	25,0	26,6	24,9	7,4	9,0
Sudeste	86,305	86,921	6,6	7,0	14,3	14,4	2,6	2,8
Sul	29,393	29,603	5,1	5,0	11,7	10,6	1,8	2,2
Centro Oeste	15,534	15,754	6,5	6,8	16,5	14,8	2,1	2,5
Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares							
	Classes de rendimento mensal real domiciliar per capita							
	Mais de R\$ 85 a R\$ 170		Até US\$ 1,9 PPC 2011		Até US\$ 3,2 PPC 2011		Até US\$ 5,5 PPC 2011	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Brasil	4,1	4,1	6,6	7,4	12,8	13,3	25,7	26,5
Norte	9,1	8,2	11,4	11,8	24,1	23,3	43,7	43,1
Nordeste	8,7	8,5	13,2	14,7	24,4	25,8	44,0	44,8
Sudeste	1,5	1,8	3,4	3,8	6,7	7,0	16,1	17,4
Sul	1,2	1,4	2,4	2,9	5,2	5,2	12,5	12,8

Centro Oeste	1,6	1,9	3,0	3,6	6,5	6,8	17,3	16,9
--------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Entre os Estados brasileiros, notadamente, identifica-se uma perspectiva semelhante com a do ano de 2016, no qual Maranhão e Alagoas acabaram permanecendo com a amarga classificação de estados com maior parte da população abaixo da linha da pobreza (US\$ 5,50), ambos os estados tinham 54,1% e 48,9% de suas populações caracterizadas como pobres, seguindo-se a classificação com base na renda. Os estados com menor incidência de pessoas com a renda diária inferior a linha de US\$ 5,50 foram Santa Catarina e Rio Grande do Sul com 8,5% e 13,5% respectivamente. Observa-se que na região Sul onde se encontram os referidos estados tem sido sempre imputado pela amostragem dos dados, uma região com menor incidência de pessoas em condições de precariedade e escassez.

Gráfico 4 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, com rendimento real efetivo domiciliar per capita de até US\$ 5,50 PPC diários, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2017



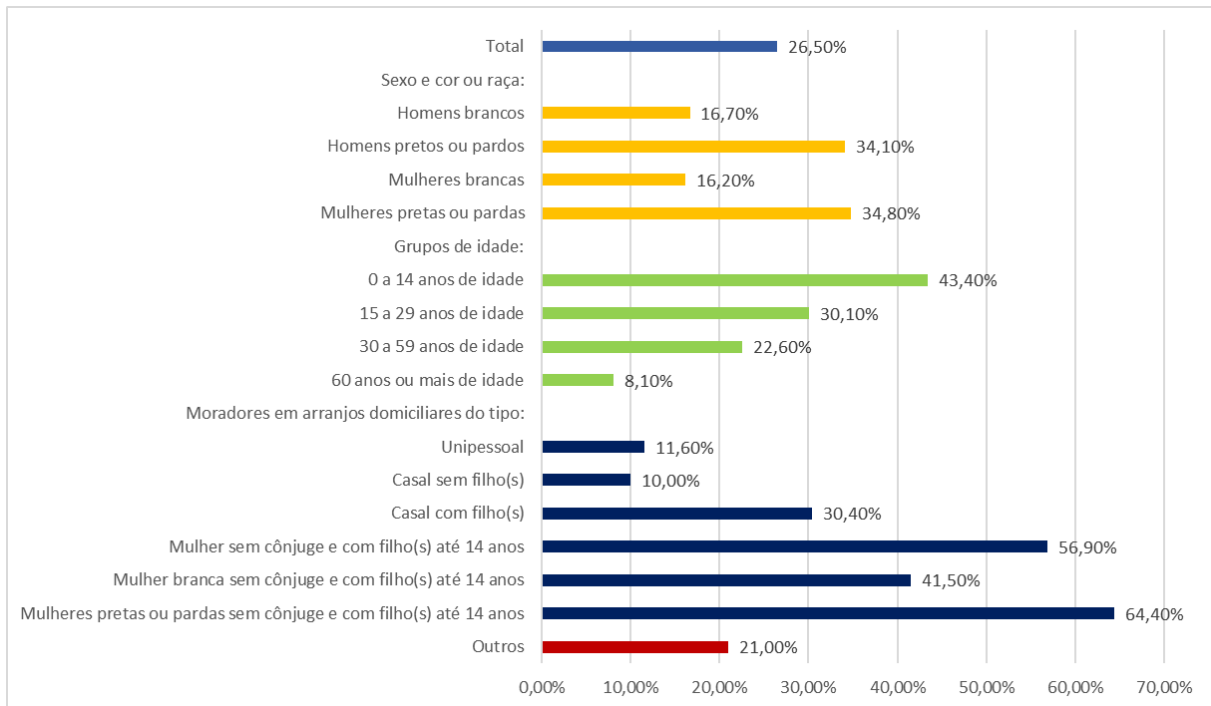
Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Em comparação com o Brasil, os estados do Norte e Nordeste estão muito acima da porcentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza. Depois de Alagoas e Maranhão estão Acre (47,7%) e Amazonas (47,9%), como os estados com maior quantidade de pessoas sobrevivendo com essa baixa renda. Se olharmos atentamente, o **gráfico (nº 4)** anterior mostra detalhadamente que nenhum estado do Norte ou Nordeste possui menos do que 30% de sua população abaixo da linha de pobreza. Isso é um fato alarmante, pois mostra a desigualdade latente entre essas regiões e as demais do país, ainda mais se observarmos que em nenhuma outra região chegou a ter 30% de sua população abaixo da linha de pobreza (US\$ 5,5 p/dia). Em relação ao distanciamento e a estratificação social, para reforçar tal ideia recorreremos ao pensamento antropológico:

Dada a diversidade de situações regionais, de prosperidade e de pobreza, o simples traslado de um trabalhador, que vá de uma região a outra, pode representar uma ascensão substancial, se ele consegue incorporar-se a um núcleo mais próspero (RIBEIRO, 2015, p. 160).

Será que esta discrepância na distribuição da riqueza perpassa somente por uma questão geográfica? Contextualizando as características das populações que mais sofrem com a pobreza, o mal-estar que nos causa é notar que os grupos de indivíduos mais vulneráveis permanecem os mesmos, se comparados os anos de 2016 e 2017, a saber: mães solteiras, crianças de até 14 anos e pretos e pardos compõe o perfil dos mais afetados pela pobreza monetária. No que se refere à amostra, já foi ressaltado que: “O problema de avaliar a pobreza só por meio do critério da renda é que este último não diz tudo sobre o nível de bem-estar dos indivíduos” (REGO; PINZANI, 2014, p. 157). Contudo, o parâmetro monetário é importante para integrar políticas sociais centradas na perspectiva de vida das famílias que vem sofrendo com segregação socioespacial, étnico-racial, de gênero e etária. No **(gráfico 5)** a seguir, mostram-se detalhadamente os grupos de indivíduos que se encontram nessa situação de precariedade e calamidade pública.

Gráfico 5 - Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC 2011, segundo características selecionadas - Brasil - 2017



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Sabendo de quão afetados são as crianças e jovens pela pobreza, detecta-se a necessidade e a importância de políticas públicas que atuem no resgate desses indivíduos para alcançar a cidadania. Devem-se fomentar políticas públicas com uma atenção especial voltada para esses grupos específicos, por exemplo, o Bolsa Família - BF. A proposta não é só a distribuição monetária para famílias oriundas da situação de pobreza:

Note-se que, ao contrário, o BF prevê uma contrapartida desse tipo, ao vincular o pagamento do valor da bolsa à frequência escolar e à vacinação das crianças. Somos da opinião de que essas contrapartidas possuem caráter republicano e contribuem para o processo de formação de cidadãos e indivíduos responsáveis perante sua comunidade política (REGO; PINZANI, 2014, p. 78).

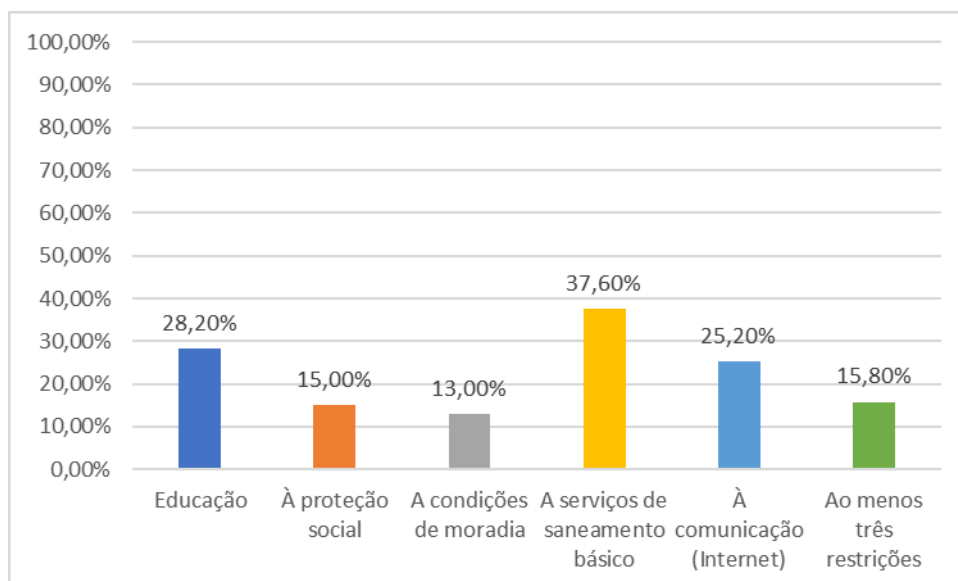
Uma política pública quando bem executada, pode-se constituir em uma saída razoável para buscar mudanças que minimizem essa triste realidade que nos parece irremediável. De todo modo, o BF tornou-se uma referência como uma política de intervenção do Estado no controle e proteção social dessas populações. Neste caso são requeridas certas condicionalidades, além do auxílio monetário, coexistem a mobilização, a sensibilização e o compartilhamento das responsabilidades por parte das famílias beneficiárias. Desde a sua implantação em 2003, tem sofrido duras críticas, contudo, compreende-se que

Qualquer solução diferente da distribuição de uma renda monetária poderia ser classificada como assistencialista e até paternalista. Naturalmente, é possível haver situações emergenciais nas quais pode ser necessário distribuir diretamente bens materiais como comida, abrigos etc. Contudo, afora esses casos particulares, a intervenção estatal deveria ser a mais impessoal possível. Distribuir renda monetária aos indivíduos visa precisamente emancipá-los não somente da miséria ou da pobreza, mas também de um ambiente social que pode ser causa ulterior de sofrimento (REGO; PINZANI, 2014, p. 79).

Cabe ressaltar que o conceito da pobreza pode ser expresso numa dimensão que engloba outras formas de sociabilidades. Com o propósito de caracterizar os aspectos multidimensionais da pobreza para o ano de 2017, adotam-se as mesmas variáveis do ano anterior. Para conjecturar sobre a vida dos indivíduos que se encontram nessas condições foram definidos os cinco indicadores que são: a educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e comunicação.

Desta forma, foi verificado que as regiões com o maior índice de vulnerabilidade social permanecem sendo a Norte e Nordeste, em relação ao indicador de restrição, averiguou-se dentre os serviços de saneamento básico como o problema mais severo e catastrófico nas referidas regiões. Na sequência, com intuito de demonstrar em detalhes a situação do Brasil e de cada região da federação em relação à falta de condições básicas para a vida das pessoas é que são apresentados os gráficos a seguir:

Gráfico 6 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Brasil - 2017

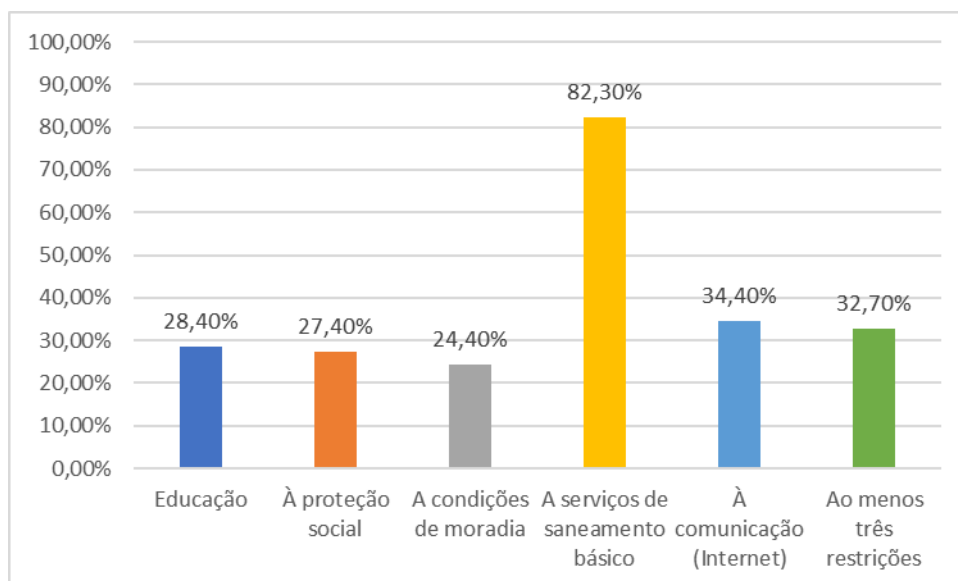


Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Analisando o (**gráfico 6**) fica evidente ao constatar que a situação predominante, dentre as variáveis selecionadas para caracterizar a pobreza multidimensional, incide-se que os serviços da oferta de saneamento básico, em quase todas as regiões do país detectam-se como o ponto nevrálgico da questão. Somente na região Sudeste é que foi verificado um cenário diferente, pois a dificuldade de acesso à educação e as condições de moradia precárias superaram a falta de saneamento ambiental na região, como será mostrado nos **gráficos** a seguir.

O próximo **gráfico (nº 7)** apresenta os mesmos tipos de restrições do anterior (**nº 6**) só que considerando somente a região Norte do país, trazendo de forma clara quais as restrições mais incidentes na devida área.

Gráfico 7 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Norte - 2017

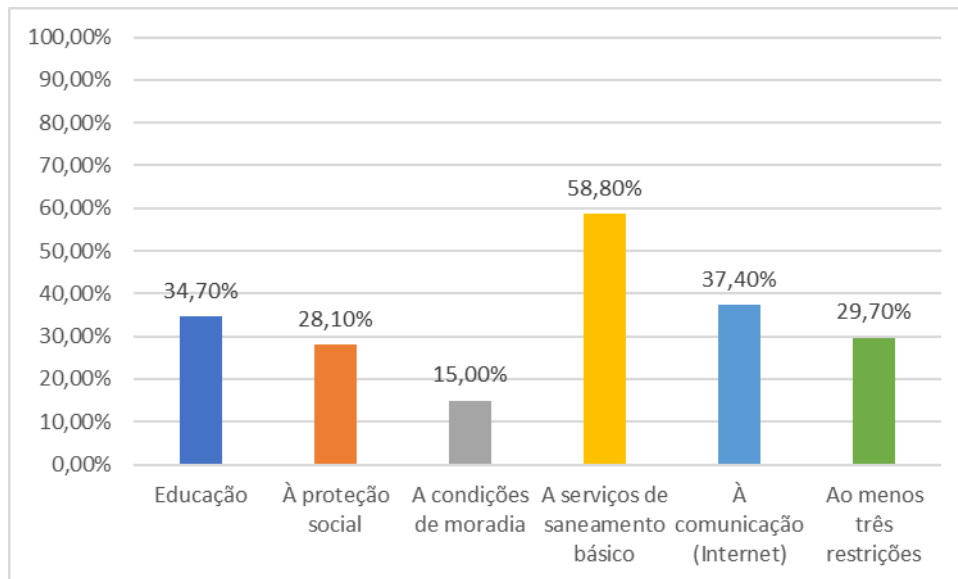


Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

No (**gráfico 7**), pode-se observar a região com a maior incidência de domicílios que não possuem acesso a saneamento básico, 82,30% das residências nessa região não têm acesso a esses serviços. Se classificarmos por região, apresenta-se a população brasileira que mais sofre com pelo menos três tipos de restrições que caracterizam a pobreza multidimensional. De acordo com o desenho metodológico do IBGE, 32,70% dos domicílios sofrem essas privações.

O próximo **gráfico (nº 8)** vem ilustrar a situação da região Nordeste do país considerando as mesmas variáveis dos anteriores.

Gráfico 8 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Nordeste - 2017



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

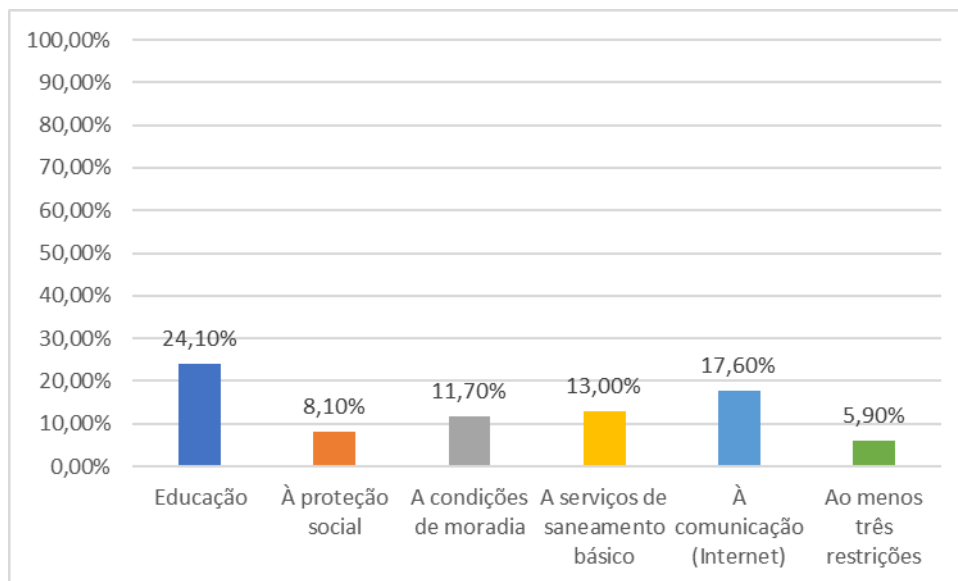
A segunda região que mais sofre com ao menos três restrições é a Nordeste, com 29,70% dos domicílios padecem com a falta de saneamento básico, educação e acesso à internet. Aqui a exclusão social é digital e serve de barreira para o desenvolvimento humano e da economia da região.

A exclusão da economia pode também ocorrer em termos de padrões de consumo, isto é, em termos daquilo que as pessoas compram, consomem ou usam nas suas vidas diárias. A ausência de um telefone pode contribuir para a exclusão social - o telefone é um dos principais pontos de contacto entre indivíduos e o seu universo de amigos, família, vizinhos e membros da comunidade (GIDDENS, 2008, p. 325).

A reprodução social numa região precarizada que não dispõe de um serviço de telefonia, rede coletora de esgoto e uma escola, não pode ser pensada sem a violação dos direitos para uma vida digna. Se analisados e comparados isoladamente, os três indicadores mencionados anteriormente, encontram-se em pior situação na região Nordeste se comparada à região Norte. A visão de inferioridade persiste de forma arraigada. E a tendência de erradicação do problema opera de forma lenta e imediatista, principalmente nesses rincões do país.

Dando seguimento, o **gráfico** a seguir (**nº 9**) aponta as carências mais presentes na região Sudeste do Brasil.

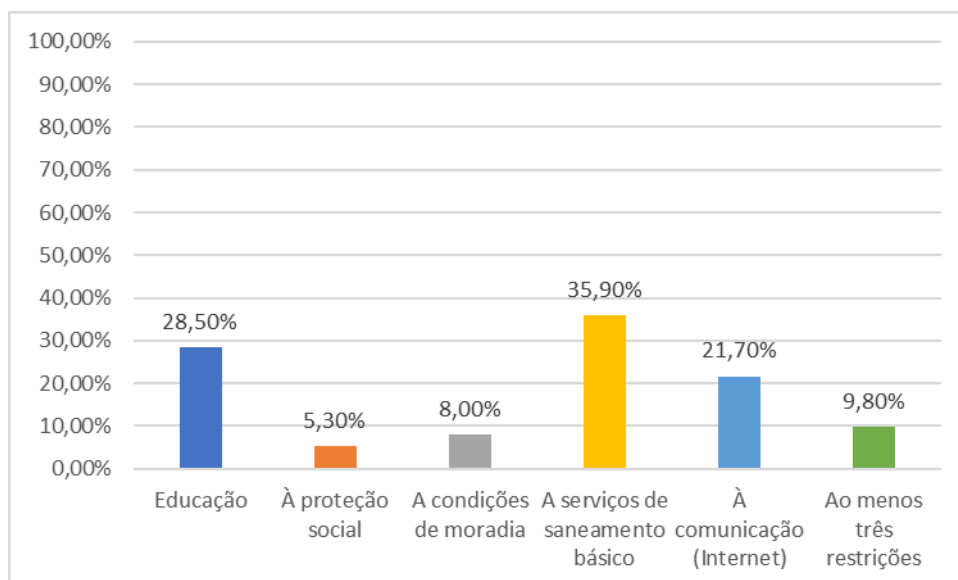
Gráfico 9 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Sudeste - 2017



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Como mostrado no (Gráf. 9), a região Sudeste no geral é a que menos possui taxa de vulnerabilidade do país, se comparada à região Sul no (Gráf. 10) a segunda menos vulnerável, o Sudeste só fica atrás na proteção social e nas condições de moradia, onde a região Sul está mais bem caracterizada na classificação. A seguir vem o gráfico (nº 10) que traz a situação presente na região Sul para as variáveis estudadas.

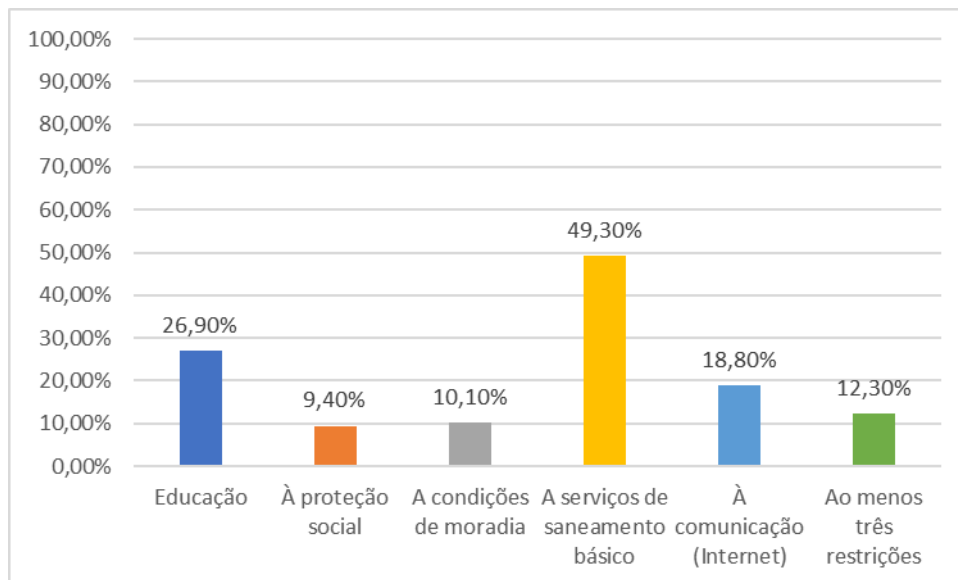
Gráfico 10 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Sul - 2017



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Como mencionado anteriormente, à região Sul é a segunda menos vulnerável. Por outro lado, se comparada à região Centro-Oeste (**Gráfico nº 11**), a terceira menos abalada pela pobreza multidimensional. Neste desenho regionalizado, perde-se em comparação em relação com alguns indicadores, por exemplo, a educação e o acesso à internet estão em melhor posição na região Centro-Oeste.

Gráfico 11 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Centro-Oeste - 2017



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

O perfil dos mais afetados pela pobreza multidimensional na metodologia do IBGE para o ano de 2017 é formado principalmente por mães solteiras pretas ou pardas com filhos de até 14 anos, mais de 25% sofrem restrições de pelo menos três dos indicadores mencionados anteriormente. Certamente, reconhece-se que tanto pelo viés monetário quanto pelo multidimensional, o grupo de pessoas propensas à vulnerabilidade e a pobreza são compostos por mães solteiras pretas ou pardas.

Quadro 4 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso por quantidade, segundo características selecionadas de domicílios e pessoas – 2017

Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes (%)	

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Total (1000 pessoas)	Classes de rendimento mensal real domiciliar per capita						
		À Educação	À proteção social	A condições de moradia	A serviços de saneamento básico	À comunicação (Internet)	Ao menos três restrições	Número médio de restrições
	Absoluto	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção	Média
Total	207,088	28,2	15,0	13,0	37,6	25,2	15,8	1,2
Sexo								
Homens	100,128	29,0	15,0	13,1	38,8	25,8	16,7	1,2
Mulheres	106,960	27,5	14,9	13,0	36,5	24,6	15,0	1,2
Cor ou Raça								
Branca	90,379	23,6	8,5	9,4	27,9	19,1	9,2	0,9
Preta ou Parda	114,781	31,9	20,1	15,9	45,3	30,0	21,0	1,4
Sexo e cor ou raça								
Homens Brancos	42,908	23,8	8,6	9,4	29,0	19,1	9,8	0,9
Homens pretos ou pardos	56,343	33,1	20,0	15,8	46,3	30,9	22,0	1,5
Mulheres brancas	47,471	23,5	8,4	9,4	27,0	19,0	8,7	0,9
Mulheres pretas ou pardas	58,438	30,8	20,3	16,0	44,3	29,3	20,1	1,4
Faixa etária								
0 a 14 anos de idade	42,012	0,6	25,7	21,2	42,8	24,7	14,8	1,2
15 a 29 anos de idade	48,820	15,0	17,0	15,1	39,2	19,0	13,0	1,1
30 a 59 anos de idade	85,980	35,4	13,0	10,4	35,6	22,0	15,8	1,2
60 anos ou mais de idade	30,275	67,5	2,5	5,9	33,3	44,9	21,8	1,5
Moradores em arranjos domiciliares do tipo								
Unipessoal	10,532	49,7	5,7	12,7	31,4	54,0	23,3	1,5

Casal sem filho	28,862	43,8	6,3	6,4	38,0	38,4	19,6	1,3
Casal com filho(s)	120,853	22,5	17,1	14,2	39,8	19,8	14,8	1,1
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11,357	16,5	39,8	26,2	37,1	25,0	20,7	1,4
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3,671	12,9	26,5	21,9	24,5	18,3	11,3	1,0
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7,591	18,4	46,1	28,5	43,2	28,3	25,2	1,6
Outros	35,485	32,5	9,7	10,5	31,6	24,1	12,3	1,1

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Ao conectarmos com a miríade de dados concernentes aos fatores associados à pobreza multidimensional desta amostragem. O caráter histórico dessa condição de desigualdade social e subcidadania submete-se a dinâmica dos interesses das classes dominantes, os indicadores são sistematicamente semelhantes no que se refere o número, gênero e caso.

Apesar da associação da pobreza com a negritude, as diferenças profundas que separam e opõem os brasileiros em extratos flagrantemente contrastantes são de natureza social. São elas que distinguem os círculos privilegiados e camadas abonadas – que conseguiram, numa economia geral de penúria, alcançar padrões razoáveis de consumo – da enorme massa explorada no trabalho, ou até dele excluída por viver à margem de processo produtivo e, em consequência, da vida cultural, social e política da nação. A redução dessas diferenças constitui o mais antigo dos desafios que reptam a sociedade brasileira a promover uma reordenação social que enseje a integração de todo o povo no sistema produtivo e, por essa via, nas diversas esferas da vida social e cultural do país (RIBEIRO, 2015, p.177).

Do ponto de vista antropológico, a pobreza sofre a influência da estratificação social mediante os grupos destinados a uma vida de penúria e escassez e outros de abundância. Na cultura política do país a divisão social se consolida pelo padrão de consumo de um grupo em detrimento do outro. Neste contexto, a própria pobreza continua sendo ignorada. A sociedade brasileira não consegue lidar com essa realidade trágica de uma maneira apropriada. A tragédia social é banalizada e não tem perspectivas de erradicação. Para o desencadeamento das ideias daremos continuidade à análise seguinte.

3.3 A dinâmica da pobreza em 2018

Buscando conhecer um pouco mais a dinâmica da pobreza, verifica-se que o ano de 2018, no tocante aos dados do relatório da Síntese dos Indicadores publicado pelo IBGE, consta-se que 25,3% ou 52,5 milhões de brasileiros encontravam-se abaixo da linha de pobreza (US\$ 5,50 p/dia), demonstrando-se numa redução se comparado ao ano anterior. O texto aponta que a elevação na ocupação aliada ao aumento nos rendimentos e aposentadorias, especificamente, na região Sudeste do país, foi o que fez que aproximadamente um milhão de pessoas saíssem da linha de pobreza, se comparados os anos de 2017 e 2018. O **Quadro (nº 5)** a seguir mostra detalhadamente a evolução da pobreza no país no período de 2012 a 2018, considerando-se tanto a linha de extrema pobreza quanto a de pobreza. Essa linha do tempo foi utilizada para ilustrar de maneira mais clara e em um período de tempo maior a situação da pobreza e extrema pobreza no Brasil e suas regiões.

Considerando esses dois aspectos (pobreza e extrema pobreza) foi a partir do ano de 2014 que o número de famílias abaixo dessas linhas atingiu seu menor patamar, nos anos seguintes o aumento foi gradativo.

Quadro 5 - Distribuição percentual de pessoas residentes em domicílios particulares, com indicação de variação, segundo classes de rendimento real domiciliar per capita e as Grandes Regiões - 2012-2018

Grandes Regiões	Distribuição percentual de pessoas residentes em domicílios particulares (%)						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Menos de US\$ 1,9 PPC 2011							
Brasil	5,8	5,1	4,5	4,9	5,8	6,4	6,5
Norte	9,7	8,3	7,5	9,0	9,7	10,1	11,0
Nordeste	12,4	11,1	9,4	10,3	12,0	13,5	13,6
Sudeste	2,6	2,4	2,2	2,2	3,0	3,2	3,2
Sul	1,8	1,4	1,4	1,5	1,9	2,2	2,1

Centro Oeste	1,9	1,8	1,8	2,0	2,6	2,9	2,9
Menos de US\$ 5,5 PPC 2011							
Brasil	26,5	24,9	22,8	23,7	25,5	26,0	25,3
Norte	42,5	41,4	38,3	40,5	43,7	42,4	41,3
Nordeste	46,4	43,7	40,5	41,3	43,7	42,4	41,3
Sudeste	16,3	15,5	13,8	14,7	16,1	17,2	16,3
Centro Oeste	17,8	15,3	15,1	15,6	17,2	16,8	16,4

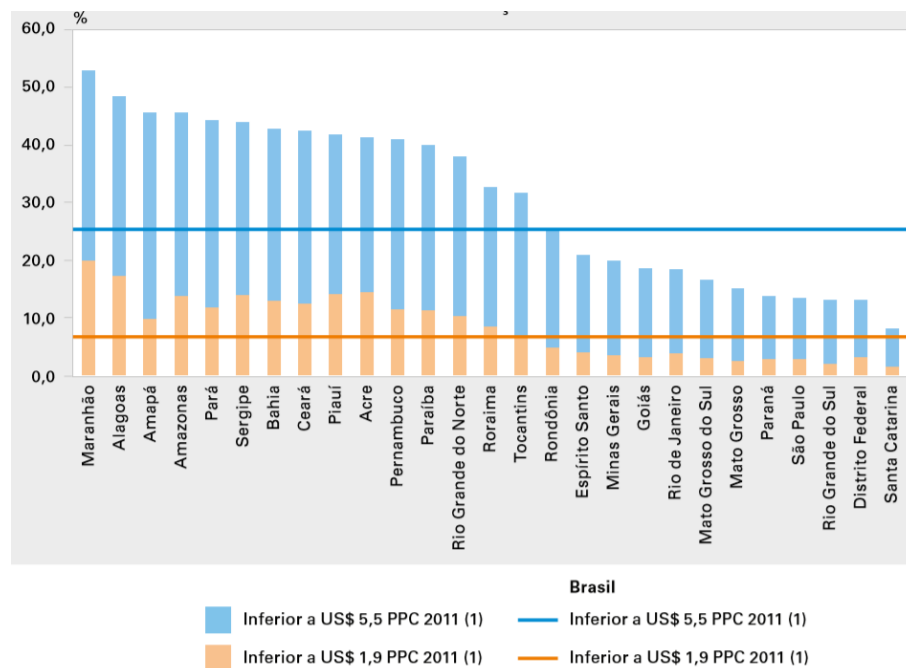
Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Certamente, repara-se que as regiões mais vulneráveis do país são a Norte e Nordeste, ambas as regiões superaram os números de extremamente pobres em 2018 se comparados aos números de 2012, mas se for feita a mesma comparação nesse período de tempo, as regiões Sul e Sudeste também apresentaram uma elevação no número de extremamente pobres. Podemos especular que as graves crises econômicas associadas às incertezas políticas que o país vem passando favoreceram e muito os resultados observados, com o número de desempregados muito elevado.

Voltando a falar sobre a redução verificada no número de famílias abaixo da linha de pobreza entre os anos de 2017 e 2018, cabe apontar que por outro lado nesse mesmo período ocorreu uma pequena elevação no número dos extremamente pobres no Brasil como um todo. Os extremamente pobres no ano de 2018 representaram 6,5% da população ou 13,5 milhões de pessoas. Se por um lado, o número de pobres caiu, por outro o de extremamente pobres aumentou, reflexo da fragilidade da economia e vulnerabilidade social da população, que recebeu promessas de melhora através da reforma trabalhista e previdenciária.

Agora se atendo as unidades da federação no ano de 2018, assim como nos anos anteriores Maranhão e Alagoas permanecem sendo os estados com maior incidência de pobres e extremamente pobres, como mostrado no **gráfico (nº 12)** a seguir. Podemos imaginar que a tipificação da vulnerabilidade nesses estados são frutos amargos decorrentes das oligarquias locais, o poder político e a concentração da economia nos latifúndios e no caso de Alagoas da monocultura da cana-de-açúcar, que tornou a economia local extremamente dependente dessa cultura, que foi se deteriorando ao longo dos anos através de uma interação simbiótica e parasitária entre estado e usineiros, os maiores latifundiários das regiões.

Gráfico 12- Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 e inferior a US\$ 5,50 PPC diários, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Uma nova informação presente no relatório da Síntese dos Indicadores Sociais para o ano de 2018 aponta que a partir do ano de 2015 ocorreu uma elevação no nível de ocupação dos indivíduos, ou seja, tinham mais pessoas empregadas a partir daquele ano, só que grande maioria dessas novas ocupações era fornecida por trabalhos informais. A submissão ao trabalho informal geralmente proporciona uma renda inferior e isso vem demonstrar que mesmo pessoas que estejam ocupadas encontram-se abaixo da linha da pobreza. Esse fenômeno que começou a ser notado no ano de 2015 e repetiu-se em 2018.

Montando o perfil dos mais pobres para o ano de 2018, no tocante aos dados publicados no **quadro (nº 6)** a seguir demonstra que os grupos mais afetados não mudaram, permanecem sendo os mais atingidos crianças entre 0 e 14 anos, seguidos por mulheres pretas ou pardas e em seguida pretos e pardos num geral.

Em face de um fenômeno social que se repete nos períodos analisados sobre esta amostragem referente à pobreza no Brasil, diríamos que a relação desigual entre classe social e raça, torna-se importante pontuar sob o prisma da visão histórica do Brasil: “Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e opressão” (RIBEIRO, 2015, 167).

Os aspectos civilizatórios da sociedade brasileira são diametralmente opostos. Os direitos básicos desses sujeitos não são equivalentes, acaba quase sempre se manifestando da oposição entre brancos *versus* negros. Pode-se aferir que “A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor da sua pele” (RIBEIRO, 2015, 169).

O **quadro (nº 6)** a seguir mostra os grupos sociais mais afetados. É inegável constatar que as pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza possuem um rosto muito bem definido. Comparando os números de brancos com os pretos e pardos chega a ser praticamente o dobro o número de indivíduos do segundo grupo afetados por este problema social.

Quadro 6- Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC diários, segundo características selecionadas - Brasil - 2018

Características selecionadas	Proporção de pessoas com rendimento inferior a US\$ 5,50 PPC (%)
Sexo	
Homens	25,2
Mulheres	25,4
Cor ou Raça	
Branco	15,4
Pretos ou pardos	32,9
Sexo e cor ou raça	
Homens brancos	15,6
Homens pretos ou pardos	32,4
Mulheres brancas	15,2
Mulheres pretas ou pardas	33,5
Grupos de idade	
0 a 14 anos	42,3
15 a 29 anos	29,6
30 a 59 anos	21,3
60 anos ou mais	7,5

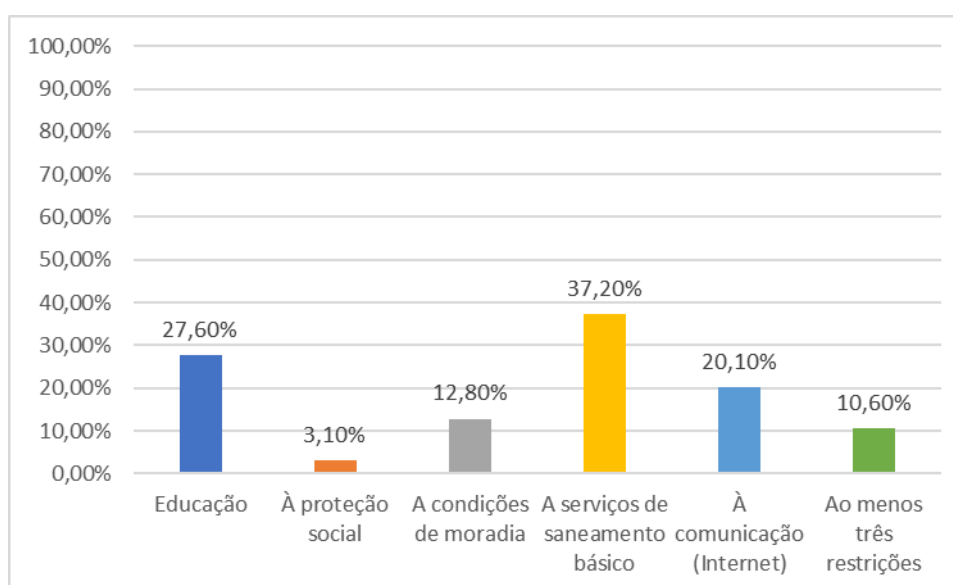
Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

A materialidade presente nos dados se faz condizente com o determinado período, no entanto, independente da época na qual ela se insere, a pobreza se manifesta de forma quase

natural. Nessa interação assimétrica entre ricos e pobres, profundamente enraizada na sociedade brasileira tem a capacidade de cocriação de uma espécie de desumanidade acompanhada de fatores econômicos e não econômicos.

Agora tomando como base medidas multidimensionais da pobreza no ano de 2018 permaneceram como indicadores os mesmos cinco das edições anteriores, sendo eles: a educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico, e acesso à internet. Desta forma, no contexto de todo o Brasil, o indicador que define a pobreza mais presente é o de acesso ao saneamento básico com 37,2% da população brasileira sofrendo essa carência. Em seguida, vem à educação, com 27,6% da população não tem acesso a esse indicador. Não é surpresa alguma apontar que as regiões mais carentes são a Norte e Nordeste, mas é interessante salientar que a região Sudeste é a única onde o acesso ao saneamento básico não é o indicador de pobreza mais impactante, nesta região a maior carência é ainda a educação. Como é mostrado no **gráfico** a seguir.

Gráfico 13 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Brasil - 2018

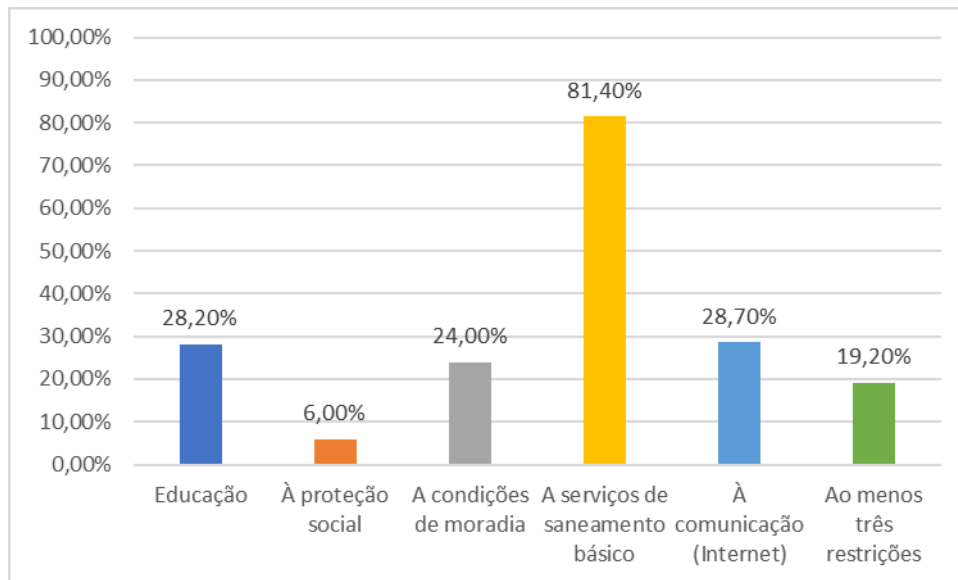


Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Assim como no ano anterior, o indicador de pobreza multidimensional mais presente no Brasil e em suas regiões são os serviços de saneamento básico, seguido por educação e acesso à internet. Mas ao compararmos o **gráfico (nº 13)** do Brasil deste ano 2018 com o período anterior pode-se perceber uma melhora no acesso a todos os indicadores, mais acentua no que diz respeito à proteção social, que no ano anterior era de 15,00% e neste

período ficou em 3,10%. Não consegui identificar nenhuma mudança na metodologia ou alguma justificativa para tamanha diferença de um ano para outro. O próximo **gráfico (nº 14)** segue a mesma linha do anterior, mas se restringe a apresentar a situação da região Norte do país.

Gráfico 14 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Norte - 2018

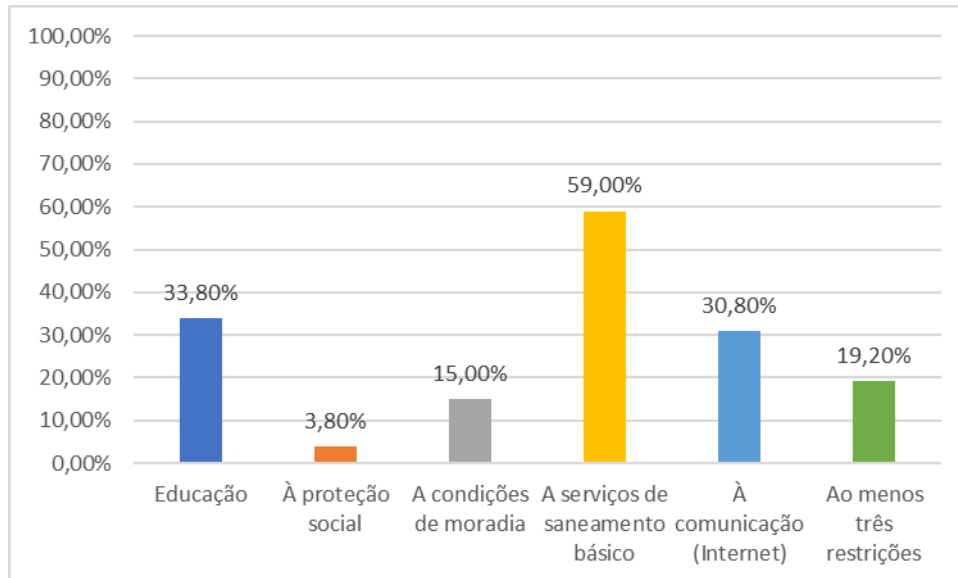


Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Assim como no gráfico que considera o Brasil como um todo, no **gráfico (nº 14)** que diz respeito à região Norte foi verificada também uma melhora em todos os indicadores, mesmo que seja discreta. De forma expressiva, o índice de classificação na proteção social ocorreu uma melhora considerável. Considerando ao menos três desses indicadores a melhora também foi certamente considerável, pois ocorreu uma queda de 32,70% para os 19,20% neste período.

No **gráfico (nº 15)** a seguir é explanada a conjuntura verificada na região Nordeste, uma das mais vulneráveis.

Gráfico 15 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Nordeste - 2018

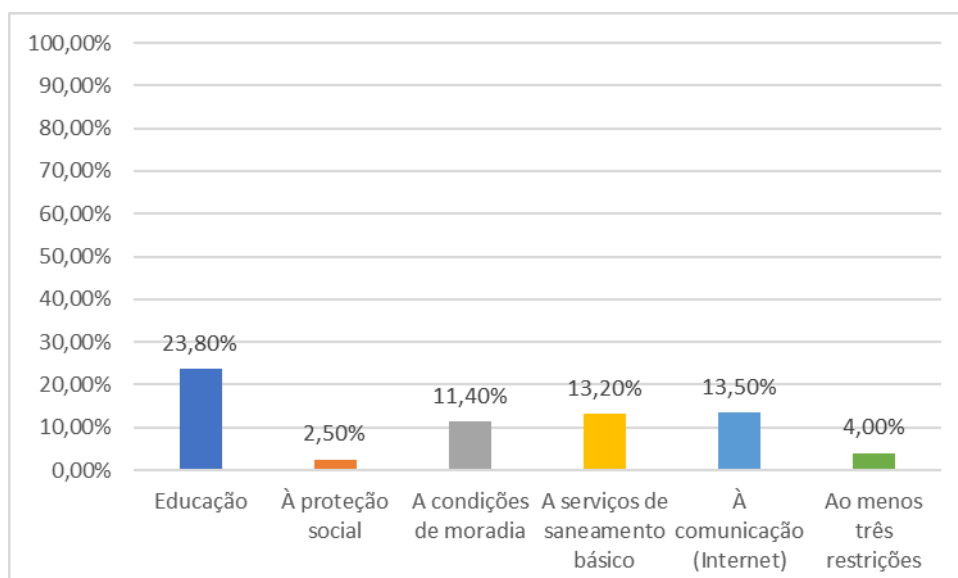


Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Neste **gráfico (nº 15)** que corresponde aos indicadores no Nordeste pode-se notar uma situação diferente, onde ocorreu uma pequena piora no indicador dos serviços de saneamento básico, a diferença é mínima, mas talvez seja interessante apontá-la. Continuando a comparação com o ano anterior ocorreu uma pequena melhora em quase todos os indicadores e como visto nos demais gráficos uma melhora considerável no indicador de proteção social.

O **gráfico (nº 16)** traz para análise o panorama dos indicadores da região Sudeste e está exposto a seguir.

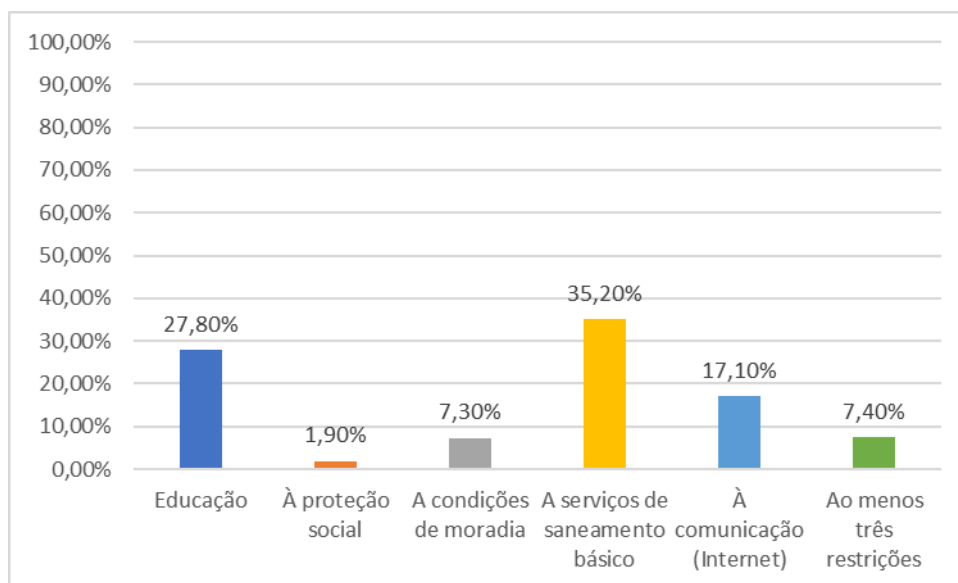
Gráfico 16 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Sudeste - 2018



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Assim como no Nordeste a região Sudeste observou uma leve piora no indicador que corresponde aos serviços de saneamento básico, mas é algo tão sutil que não sabemos se de fato é uma diferença considerável. Nos demais indicadores ocorreu uma melhora em todos, num geral a região Sudeste permanece como sendo a menos vulnerável a pobreza multidimensional. Seguindo com o desenvolvimento do trabalho, o próximo **gráfico (nº 17)** ilustra a situação das variáveis na região Sul.

Gráfico 17 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Sul - 2018

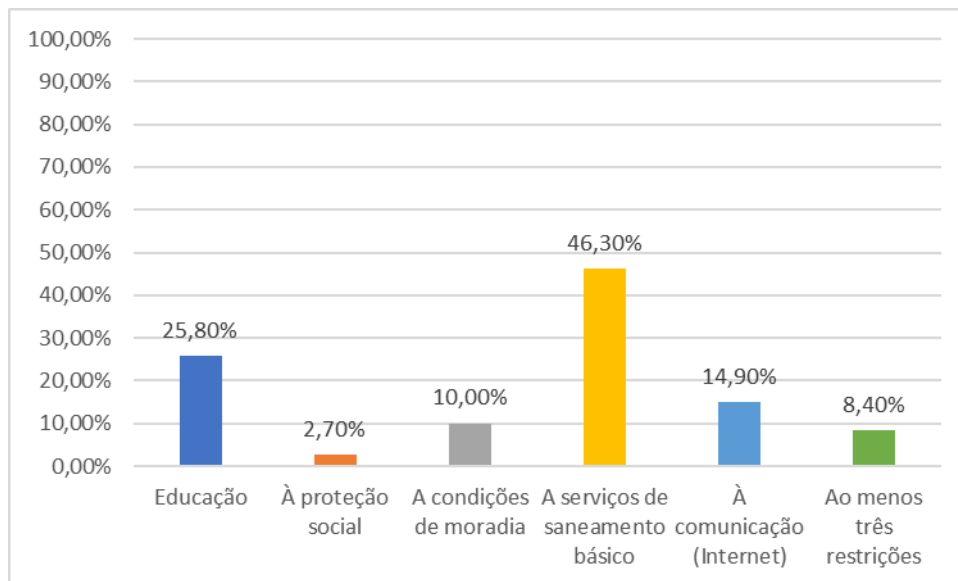


Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Segunda região do país menos vulnerável em 2017 tem sido a região Sul que manteve esse posto no ano de 2018, apresentando-se ainda uma melhora em todos os indicadores da pobreza multidimensional na metodologia adotada pelo IBGE.

O **gráfico (nº 18)** que virá, continua a expor os indicadores da pobreza multidimensional nas grandes regiões do país, dessa vez considerando a região Centro – Oeste.

Gráfico 18 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Centro-Oeste - 2018



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Da mesma forma que as demais regiões em sua maioria, na região Centro-Oeste verificaram-se uma melhora em todos os indicadores da pobreza multidimensional, mas permanece sendo mais vulnerável no quesito saneamento básico e no acesso à educação.

Agora, caracterizando o perfil dos pobres no Brasil no ano de 2018, seguindo a metodologia multidimensional adotada pelo IBGE do total da população brasileira 10,6% sofriam restrições em ao menos três dos cinco indicadores selecionados. Se comparados os dados publicados nos anos anteriores com os do ano atual e considerando apenas a pobreza multidimensional houve uma diminuição no número de pobreza. Em 2017, 15,8% da população sofria com ao menos três restrições, no ano de 2018, esse número caiu para 10,2%, o relatório não apresenta motivos para essa redução. Pode-se deduzir que a intervenção estatal, por exemplo, BF também merece suas considerações quando se trata de minimizar a falta de condições básicas para uma vida saudável.

No caso, em especial, quando se trata de pessoas pobres, lidando com dinheiro, ainda mais provenientes de uma transferência estatal, imediatamente são acionados mecanismos mentais ideológicos desqualificadores dos pobres. Atribui-se impunemente a ‘eles’ identidades negativas como se fossem dados da natureza: os pobres são assim, fazem isso ou aquilo, sentem as coisas de tal maneira. (REGO; PINZANI, 2014, p. 206 e 207).

Sabemos que o racismo e o preconceito devem ser combatidos diariamente. Se numa democracia ainda é praticável a subcidadania, pressupõe-se que não existe democracia, e o processo de desenvolvimento humano torna impotente e precisa ser reconsiderado.

Diferentemente dos anos anteriores, o grupo social mais afetado pela pobreza multidimensional foi o de trabalhador familiar auxiliar, seguido por arranjos familiares compostos por uma única pessoa. A tabela a seguir mostra detalhadamente os mais afetados.

Quadro 7- Proporção de pessoas residentes em domicílios com restrição de acesso a serviços, com indicação da média de serviços restritos, segundo características selecionadas de pessoas e domicílios - 2018

Características selecionadas de pessoas e domicílios	Pessoas residentes em domicílios		
	Proporção com restrição de acesso (%)		
	À internet	A ao menos três serviços	Média de serviços restritos
Total	20,1	10,6	1,0
Sexo			
Homens	20,8	11,6	1,0
Mulheres	19,5	9,7	1,0
Cor ou raça			
Brancos	15,2	6,4	0,8
Pretos ou pardos	23,9	13,9	1,2
Sexo e cor ou raça			
Homens brancos	15,4	7,0	0,8
Homens pretos ou pardos	24,8	15,0	1,2
Mulheres brancas	15,1	5,9	0,8
Mulheres pretas ou pardas	23,0	12,7	1,2
Posição na ocupação			
Empregado	13,7	10,1	0,9
Com carteira de trabalho assinada	7,3	2,3	0,6
Sem carteira de trabalho assinada	19,1	13,2	1,1
Trabalhador doméstico	20,6	12,7	1,3
Militar ou funcionário público estatutário	5,3	1,2	0,4
Empregador	4,8	2,6	0,5
Conta própria	20,5	14,4	1,2
Trabalhador familiar auxiliar	35,2	26,1	1,7
Moradores em arranjos			

domiciliares do tipo			
Unipessoal	48,6	20,7	1,4
Casal sem filho(s)	30,8	15,9	1,2
Casal com filho(s)	15,3	9,1	0,9
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	18,7	8,9	1,0
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	13,7	6,2	0,8
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	20,8	10,2	1,1
Outros	19,0	8,5	1,0

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em dados do IBGE na Síntese de Indicadores Sociais feita através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Considerando exclusivamente os aspectos monetários da pobreza o que foi verificado geralmente foi um aumento no número de pobres nesse período de tempo, tanto considerando a pobreza quanto a extrema pobreza. Desta forma, com a apresentação destes dados pode-se ter um conhecimento preliminar da situação do Brasil e seus estados, no tocante ao problema crônico da pobreza e suas formas de expressão.

Ao longo deste trabalho foram expostos dados muito importantes que traduzem e mostram que a pobreza no Brasil possui um rosto muito bem definido. Essas informações englobaram aspectos unicamente monetários e também aspectos multidimensionais. No tocante a pobreza advinda da escassez de renda, foram apresentadas duas linhas de mensuração, a de extrema pobreza e a de pobreza. Voltando, por um instante, a atenção para a pobreza multidimensional foram expostos os cinco indicadores selecionados pelo IBGE para caracterizar as pessoas que sofrem com a pobreza multidimensional.

Considerando exclusivamente as linhas de pobreza e extrema pobreza monetária (US\$ 5,50 p/dia e US\$ 1,90 p/dia), de uma forma geral, o que se percebeu foi um crescimento no número de pobres e extremamente pobres mesmo que em algum momento tenha ocorrido uma leve melhora.

Como mostrado no **quadro nº 5** que traz um panorama geral do período de 2012 a 2018, entre os anos de 2012 e 2014 tanto o número de pobres quanto o de extremamente pobres vinha se reduzindo ano a ano. A partir de 2015 passou a ocorrer o inverso, nas duas

linhas de mensuração passou a verificar-se um aumento considerável, somente no ano de 2018 que ocorreu uma redução na quantidade de pessoas que estavam abaixo da linha de pobreza, mas por outro lado a de extrema pobreza permaneceu em crescimento. A partir do **quadro nº 6** que considera somente a linha de US\$ 5,50 p/dia para o ano de 2018, é possível montar o perfil dos mais pobres, somente com base na renda, sendo eles mulheres e homens negros e as crianças de 0 a 14 anos. Talvez não seja nem uma surpresa constatar que homens e mulheres negros são os mais vulneráveis a pobreza, considerando aspectos relacionados ao sexo e cor ou raça.

Outro ponto a se considerar é a forte regionalização da pobreza e extrema pobreza, ela se concentra profundamente no Norte e no Nordeste do país. Retendo a atenção na pobreza multidimensional, consideram-se os cinco indicadores (educação, à proteção social, a condições de moradia, acesso a serviços de saneamento básico e acesso a internet) o cenário é o mesmo, Norte e Nordeste permanecem sendo os mais vulneráveis, tendo como pior indicador o acesso a serviços de saneamento.

Conhecendo o perfil dos mais pobres e onde eles se encontram com mais intensidade é possível traçar de forma coesa políticas específicas para resgatar essas pessoas da situação precária a qual se encontram, só é necessário que haja boa vontade e iniciativa por parte do poder público no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no decorrer do trabalho a abrangência e complexidade do tema pobreza são muito grandes, desde sua metodologia de análise até a publicação de resultados de pesquisas envolvendo este tema. Considerando um cenário geral, verificam-se no período estudado algumas oscilações na situação dos mais pobres no país. Levando em conta a linha de extrema pobreza entre o ano de 2017 e 2018 ocorreu um leve aumento no número de brasileiros que estavam abaixo dela, mas por outro lado, na linha de pobreza ocorreu uma diminuição, isso retrata a oscilação mencionada, além de outras situações.

Trazendo a atenção agora para a pobreza multidimensional e ponderando a respeito do sexo e da questão étnico-racial, os mais vulneráveis são homens pretos ou pardos sofrendo ao menos três das restrições que caracterizam essa metodologia (acesso à educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e acesso à comunicação), isso somente para o ano de 2018. As informações contidas nesta amostragem não devem ser esgotadas, pois permitem diversas abordagens.

Cabe dizer que este trabalho foi realizado durante uma crise sanitária mundial advinda da pandemia do corona vírus e que a tendência futura é que o cenário da pobreza, devido ao impacto econômico, neste país e em todo o mundo piore de maneira muito séria, talvez de formas ainda não vistas. Estudos futuros nesta área de conhecimento se fazem essenciais para que surjam políticas públicas que venham combater este problema e ir ao resgate das pessoas e famílias que estejam mais vulneráveis. Políticas que fortaleçam e garantam o saneamento básico, a educação e o acesso a comunicação deveriam ser o foco para melhorar as condições de vida dessas pessoas.

Um fato interessante considerando o cenário de pandemia no Brasil é que uma das propostas para se enfrentar os desafios impostos pelo isolamento social, no âmbito escolar e acadêmico, é o ensino a distância fazendo-se uso da internet. Mas voltando a atenção para os indicadores da pobreza multidimensional, o terceiro que mais afeta as pessoas no Brasil inteiro é a falta de acesso a essa forma de comunicação. É fácil perceber que parte considerável da população sofreria consequências negativas se não forem assistidas.

Dado a complexidade do tema pobreza e da abrangência do mesmo foi difícil desenvolver esse trabalho sem que ficasse vago, como a proposta do trabalho em si era de realizar um panorama do tema e discuti-lo acredito que o objetivo tenha sido alcançado. Este trabalho apresentou uma análise teórica sobre o tema pobreza e suas metodologias de mensuração e aliou a isso um cenário recente da situação deste problema no Brasil. É

importante salientar que a metodologia do IBGE já havia incorporado a faceta multidimensional da pobreza, sem esquecer a carência de renda como sendo muito relevante também. Inclusive, para a formatação de novos trabalhos com vieses desta natureza.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, D. IBGE mostra que o Brasil é mais rural do que imaginávamos. **Exame**, 31 de jul. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/ibge-aponta-que-brasil-e-mais-rural-que-imaginado/>>. Acesso em 13 de abr. de 2020.
- BEZERRA, F. D.; KHAN, A. S.; ROCHA, L. A. Condicionantes da Pobreza Multidimensional nos Municípios do Ceará Pós-Constituição Federal de 1988. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.46, p.155 – 176, dez. de 2015.
- BERNARDO, K. **Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional**. Ed. N.1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. 280 pgs.
- BERMÚDEZ, A. C.; REZENDE, C.; MADEIRO, C. O Brasil e o 7º país mais desigual do mundo, melhor apenas do que os africanos. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor- apenas-do-que-africanos.htm>>. Acesso em 15 abr. de 2020.
- BRASIL (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8069, promulgada em 13 de julho de 1990.
- CALDAS, R. D. M.; SAMPAIO, Y. D. S. B. Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.19, p.74 – 96, abr. de 2015.
- CRESPO, A. P. A.; Gurovitz, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE – Eletrônica**, São Paulo, v.1, p.1 – 12, dez. 2002.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2008.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017**. Ed. n.37. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2017. Pgs.145.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Ed. n.39. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Pgs.149.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. Ed. n.40. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019. Pgs.134.
- IBGE. **Cidade IBGE**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 de abr. de 2020.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMAN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.15, p.79 – 112, jun. 2006.
- MOORE, A.; LLOYD, D. V de Vingança. **Panini**. Barueri, p. 308, 2016.

PENA, R. F. A. A pobreza no Brasil. **Mundo Educação**. Consulta online. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm>>. Acesso em 15 mai. de 2020.

SANTOS, A. M. A.; SILVA, V. C. M. D. Perfil socioeconômico dos pobres: uma análise com base na região nordeste e em suas mesorregiões no período de 1980 a 2010. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v.26, p.144 – 167, abr. de 2019.

SEN, A. Development: Which Way Now? **The Economic Journal**, Oxford, v.93, p.745-762, dez. de 1983.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: III CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA E CARIBENHA SOBRE A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, n.3, 2010, Porto Alegre.

RIBEIRO, D. (1922-1997). **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. Ed., São Paulo: Global, 2015.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2ª ed., São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

TELLES, V. da S. **Pobreza e cidadania**. 2ª ed., São Paulo: Editora 34. 2013.